

ATA N.º 1/XIII/2024

Sessão Ordinária fevereiro/2024

23/02/2024

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, na Moita, realizou-se a Sessão Ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal, a fim de se deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Período de Intervenção do Público;
- 2 - Período Antes da Ordem do Dia;
- 3 - Período da Ordem do Dia:
 - 3.1 - Apreciação do pedido de suspensão de mandato, por um período de 365 dias, apresentado por Rodrigo Fernando Mendonça Pedro (n.ºs 1 e 2 do art. 7.º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita);
 - 3.2 - Apreciação do pedido de renúncia de mandato, apresentado por Sabine Vivianne Büchel (n.ºs 1 e 2 do art. 8.º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita);
 - 3.3 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Moita – Ratificação nominal de representante;
 - 3.4 - Regulamento de Atribuição de Apoios Económicos/Subsídios Eventuais em situações de comprovada carência económica e situações de emergência social do Município da Moita;
 - 3.5 - Protocolo de geminação com o Município de Freixo de Espada à Cinta;
 - 3.6 - 1.ª Revisão ao orçamento Plurianual e Grandes Opções do Plano;
 - 3.7 - Concurso Público sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para “concessão da implementação da rede de equipamentos de recolha de têxteis no concelho da Moita”;
 - 3.8 - Apreciação da Atividade Municipal (nos termos da al.ª c) do n.º2 do art. 25.º da Lei n.º75/2013).

Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:

- Daniel dos Ramos Justo foi substituído por Carlos Gualberto da Silva Rodrigues
- Tânia Sofia dos Anjos Ribeiro foi substituída por Rui Pedro Neto Garcia
- Cândida de Lurdes Gomes Vinagre foi substituída por Ana Cristina Antunes da Costa Marques Ribeiro
- Carmen Sofia Pereira Lima foi substituído por Daniel José Viegas Serpa
- Miguel Francisco Amoêdo Canudo foi substituído por Fernando Alves Fernandes Gaio
- Eduardo Jorge Meruje Teixeira foi substituído por João Vasco Ramos Neves
- João Pedro Oliveira Vargas da Palma foi substituído por Jorge Humberto Marques Beja

Verificação de ausências:

- Após as substituições efetuadas verificou-se a ausência de João Vasco Ramos Neves.

Registaram-se as presenças dos seguintes Membros do Executivo da Câmara Municipal:

Sr. Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Albino e os Srs. Vereadores Luís Manuel Miranda Amieiro, Sara Daniela Rodrigues e Silva, Pedro Miguel Dias Pinhal, António Carlos Pedrosa Pereira, Vivina Maria Semedo Nunes, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa, Ivo Manuel Pereira Pedaço e João Manuel de Castro.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi aos cidadãos inscritos o favor de não excederem cinco minutos, porque têm uma Ordem de Trabalhos bastante grande, e pensa que é tempo suficiente para colocarem as suas questões.

Sr. Manuel Rodrigues

Interveio em conformidade com a transcrição infra:

«Hoje saí do conforto do meu lar para vir aqui falar, e gostaria, ao cidadão que me encontrou no desfile de Carnaval, deu-me um abraço e disse para eu continuar a dizer as coisas que venho dizendo, incomodo, mas também eu nasci para incomodar, e também há coisas que incomodam. Para essa pessoa que, no desfile de Carnaval, me abraçou e pediu para continuar, eu faço o esforço de sair do conforto do meu lar para vir aqui hoje falar. Esta forma de a pessoa falar e depois não poder responder à resposta que vocês dão, a última vez que eu vim aqui a resposta foi, que o nosso Presidente disse que eu tenho o telefone do nosso Presidente, e isso ficou assim, não pude responder e continua a comunicar quando acha, e tenho obtido as respostas também que eu gosto.

O que eu venho aqui trazer é, portanto, o meu pai foi membro da Assembleia Municipal desta terra, foi um homem que chegou xadrez a vida toda, teve um clube de xadrez aqui na Moita, e o meu pai, como carpinteiro que era, fez umas mesas de xadrez. E eu já estive aqui nesta biblioteca, o que eu gostaria muito era de fazer a doação de uma mesa que o meu pai fez, e de umas cadeiras, e que essa doação da mesa seja posta aqui e que seja uma forma de promover o xadrez para os nossos jovens, e também fiz uma proposta para que haja um torneio de xadrez em memória do meu pai. Portanto, eu não quero pedir nada, face a toda a gente que pede ao Estado, o que eu quero é doar ao Estado uma mesa que o meu pai fez, uma peça única, uma peça que eu estimo muito e que acho que dá mais valor estar aqui nesta biblioteca do que estar na minha casa, que é apenas estar na minha casa.

Portanto, já falei com algumas pessoas sobre esta possibilidade, os assuntos não evoluem, portanto, se o senhor Presidente da Assembleia me quiser ajudar a que essa doação aconteça, gostaria muito.

Outros assuntos que tenho para tratar vou tratar na próxima sessão de Câmara, não são para aqui.

Faz hoje 37 anos que morreu um grande homem, um homem que foi livre, um homem que os partidos políticos não gostaram dele, mas que é um homem muito importante na história do nosso país. Eu fui convidado, por um antigo funcionário desta Câmara, para ir hoje a Setúbal, ele confirmou aquilo que aconteceu em 1970, fez-se um jantar da oposição democrática na marisqueira da Baixa da Banheira, e o meu pai e o Manuel Catarino e outras pessoas, foram a Sintra buscar o Zeca Afonso para cantar, porque antes do 25 de Abril, havia antifascistas. Vocês não sabem disso, mas antes do 25 de Abril havia homens livres. Depois do 25 de Abril é tudo muito fácil, mas antes do 25 de Abril aquilo era difícil. E eu hoje fui à campa do Zeca Afonso, faz 50 anos do 25 de Abril, o Zeca Afonso faz hoje 37 anos que morreu, e não se fez nada de homenagem ao Zeca Afonso. Estive lá eu e esteve lá o António Romão. Soube que, nos últimos anos, a academia de Alhos Vedros e o Leonel Coelho, faziam esta romagem às 3:00 da tarde do dia 23, fui lá eu com o António e estivemos lá.

O Zeca Afonso foi das pessoas mais brilhantes que nós tivemos na divulgação da música popular, foi o grande cantor, nessa noite, ele chegou de Sintra à meia-noite e cantou algumas coisas, mas ele estava sempre com medo de cantar, porque ele tinha medo, porque aquilo metia medo naquele tempo de falar. O que eu estou aqui a dizer agora, naquele tempo, não era possível dizer, têm noção? Aqui na Moita, havia um indivíduo, que era o António da Balhó, que se punha assim “cuidado que vem aí a PIDE, cuidado que vem aí a PIDE” e depois veio-se a saber que ele é que era o PIDE. Portanto, passou-se por essas coisas todas e é uma história que devia ser contada.

Eu hoje fui convidado por uma escola de Lisboa para ir falar sobre o 25 de Abril, e é giro porque em Lisboa convidam-me, tive uma honra enorme em receber esse convite, na Moita, vim aqui a uma Assembleia Municipal, ofereci-me para fazer algumas coisas na comemoração do 25 de Abril, alguém me pediu o telefone, mas ainda não ligaram. Pode ser que liguem daqui a 50 anos.

No momento em que estão do país, em que não há governo, em que estamos a viver eleições, há uma coisa engraçada que se está a viver na Moita, e que é um exemplo ao país. Toda a gente fala do medo das alianças com o Chega, mas a Moita está a viver uma aliança com o Chega, que é um exemplo para o país, e o PS começa a anunciar uma geringonça, aqui na Moita também vejo muito confronto entre o PS e o PCP, quando são dois partidos que dia 10 de março vão-se coligar para salvar o país no Estado em que está. Portanto, a Moita, devia dar o exemplo e explicar como é que se faz alianças com o Chega. O Chega podia anunciar que se vão todos tornar independentes no dia 10 de março, e fazia-se já uma

aliança do PS com o Chega, portanto, o exemplo da Moita, tudo o que se está a viver na política, é interessantíssimo.

Eu agora só queria pedir ao senhor Presidente, se quiserem fazer alguma homenagem ao grande Zeca Afonso, se quiserem fazer um minuto de silêncio, não sei se isso se usa ainda, se quiserem dar uma salva de palmas ao Zeca, acho que o Zeca merecia que hoje, nesta terra, porque nesta terra, e vocês, se calhar, não sabem, que em 1969, nesta terra, o MDP/CDE ganhou as eleições com 60%, a Baixa da Banheira com 70%, e isso aconteceu porque houve homens que trouxeram à nossa terra o Zeca Afonso e puseram em causa as suas vidas. Isto está a ser esquecido, vai-se fazer 50 anos e está-se a passar por cima de muita coisa, que é preciso respeitar. O Zeca Afonso foi um homem livre, foi um homem que os partidos políticos não gostaram dele, por isso é que ele está ali numa campa que nem pedra tem, tem areia em cima, e os cravos, tem aqui fotografias, os cravos vermelhos estão por trás da campa, estão escondidos. É uma vergonha.

E eu, como português, gostaria de pedir aqui, se vocês forem capazes de fazer isso, eu acho que o mínimo que vos peço, e há dias estive num concerto, e está toda a gente a fazer concertos no 25 de Abril, há dias estive na Aula Magna, o público levantou-se a cantar a Grândola e os dirigentes da SPA não se levantaram. São coisas que faz pensar. Se vocês quiserem ter algum respeito pelo Zeca Afonso, o mínimo que vos peço é um minuto de silêncio, uma salva de palmas, o que queiram fazer. Não sei se isso é possível e, se isso for mais uma asneira que eu digo, é pá, eu sou muito feliz em dizer asneiras e não ser igual àquilo que se está a passar neste país.

Obrigado, desculpem e se quiserem receber a mesa de xadrez, eu terei muito gosto em doar a mesa de xadrez para esta casa e fazer um torneio de xadrez, todos os anos, para lembrar a memória do meu pai, que foi um homem livre, que teve em vários partidos, que o usaram, e os que o usaram, se calhar, agora, deviam-no respeitar e fazer alguma coisa, Os que o usaram, ok?»

Sr. Manuel Cerqueira

O que hoje veio aqui falar, tem a ver com estarem numa data que é crucial, estão a fazer, praticamente, 50 anos do 25 de Abril, e recorda, normalmente, 50 anos depois do fascismo, em que era miúdo também e em miúdo também andei a correr à frente dos cavalos da GNR lá na Baixa da Banheira, que se lembra, e nunca é de esquecer que a democracia que estão a viver hoje foi, de certo modo, fruto da luta de muita gente, e a realidade é que depois do 25 de Abril, e a fazer 50 anos, muita coisa devia ter sido transformada na Baixa da Banheira e não está.

Como é que é possível, 50 anos, a fazer brevemente, ainda não terem o centro de saúde concluído e pronto. Está um parto difícil de conseguir. Há 4 anos que foi lançado o arranque da obra, tiveram o azar de terem lá metido um empreiteiro pré falido, ou quase falido, que andou a enrolar aquilo tudo durante 2 anos, praticamente. Avança se com um novo arranque para concluir as obras, e em 18 meses, quando aquilo bastava 6 meses para concluir a obra, está a terminar, neste momento, os 18 meses, e ainda não sabem quando é que a obra está pronta. Vê lá gente a trabalhar, alguns, cá fora muito material para aplicar, há 3 meses que está lá material para aplicar, mas gente para trabalhar cá fora, pouca gente. Não sabe se já retomaram, ou não, mas aquilo que perguntava ao senhor Presidente é quando é que, de facto, vão ter o centro de saúde da Baixa da Banheira concluído, que está aqui presente e agradecia que lhe desse uma resposta sobre o assunto, porque é muito tempo e nada justifica haver mais atrasos, e, pelo que está a ver, este mês não está pronto, para o mês que vem, se calhar, também não está, porque ainda há muito que fazer e desejava que o senhor Presidente dissesse qualquer coisa sobre qual a sua perspetiva, quando é que aquilo, de facto, fica pronto, e que seja inaugurado, pelo menos, antes de fazer os 50 anos do 25 de Abril, porque isso era importantíssimo.

Outra coisa que queria dizer é sobre a situação do centro de saúde atual, na Baixa da Banheira, que toda a gente conhece a situação e, neste momento, aquilo está reduzida a 20% de pessoas com médico de família, portanto, neste momento, dos 23723 utentes só 4888 é que têm médico de família, e isto representa 20%, e o que é que é 20% numa população com esta dimensão. 80% da população da Baixa da Banheira não tem família, chegaram à triste situação, nunca aconteceu tal coisa. As forças da terra têm que exercer força sobre o governo central, porque não é possível que isto continue assim. Como é que é possível, uma terra que tanto deu ao país, tanta produção, tantas mais-valias que deu ao país, é uma terra que foi sempre de gente operária, gente trabalhadora, que vieram de vários pontos do país trabalhar em todas as indústrias, e ao fim de uma vida de trabalho, em que estão na velhice e precisam de apoio para as suas muletas, para os seus problemas, estão ostracizados nesta situação. Isto é inconcebível. 50 anos depois do 25 de Abril não se admite.

Relativamente a outros assuntos da Baixa da Banheira, há uma coisa que queria dizer aqui ao senhor Presidente é que, em várias sessões da Câmara Municipal, colocou o problema do túnel da zona poente da Baixa da Banheira, porque esse túnel, do lado sul, não tem iluminação por falta de projetores, a instalação está lá, e isso já foi assinalado por si há 2 anos, na anterior vereação, portanto, 2 anos da

anterior vereação, com mais 2 anos desta vereação já são 4 anos que aquilo não tem luz daquele lado, tem luz do lado contrário, mas daquele lado não tem. Quando é que o senhor Presidente resolve, de facto, o problema? Porque isto está registado nas sessões que são gravadas pelo YouTube, está lá as suas posições e todas as vezes que veio aqui falar sobre o assunto, e são várias, não é uma, ao longo deste tempo todo.

Outra coisa que queria, já agora, pedir esclarecimento, é que a rede pública de iluminação da Baixa da Banheira, neste momento, quando se apaga, e detetou há umas semanas atrás, que a rua Padre José Feliciano estava completamente apagada, enquanto as outras ruas estavam acesas, e a rua do Trabalhador estava parcialmente apagada. Telefonou para a E-redes e disseram que agora aquilo não é com eles, portanto, uma pessoa não sabe a quem se há de dirigir, aquilo que perguntava ao senhor Presidente, é quando estiver uma luz, ou uma rua, ou um quarteirão apagado, a quem é que se dirigem, uma vez que a E-redes não responde por isso, portanto, gostava de ser esclarecido sobre isso.

Para finalizar, sabe que a Câmara Municipal da Moita tem novas competências na área da saúde e nos centros de saúde, nomeadamente, acha que a manutenção agora é da responsabilidade do município, e a pergunta que faz é, uma vez que assumiu essa responsabilidade, e que se verifica que o centro de saúde atual da Baixa da Banheira, apesar das dificuldades de acesso da população aos cuidados de saúde, de qualquer modo, ainda vai muita gente, tem, a não ser que o município já tenha intervindo, o elevador avariado. Ora, um elevador avariado num prédio de terceiro ou quarto andar, é complicado, porque há muita gente que tem falta de mobilidade e que tem dificuldades em subir as escadas, ainda por cima escadas que têm um metro e qualquer coisa de largura, para passar 2 pessoas é um problema, portanto, é necessário que o elevador esteja a funcionar, portanto, é outra pergunta que deixa ao senhor Presidente para que lhe dê resposta, se já existe alguma equipa apropriada, ou se alguma empresa já está apalavrada com a presidência, no sentido de acautelar os aspetos de manutenção do centro de saúde.

Sr. João Henriques

Tem uma situação que, provavelmente, não devia ser exposta aqui, mas está com certas e determinadas dúvidas, e gostava que o senhor Presidente da Câmara Municipal da Moita esclarecesse o seguinte. Há cerca de 1 ano que se debate com a Junta de Freguesia de Alhos Vedros, e está a fazer um ano que houve uma Assembleia, à qual não assistiu, foi à reunião da Junta da Freguesia de Alhos Vedros e confrontou, entre aspas, porque falou com Secretária, ou Vice-presidente, da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, a senhora Maria João, e confrontou a senhora para meterem os abrigos no Burger King e no Pingo Doce, mas, ao falar nisso, alertou, porque do lado do Burger King há espaço suficiente para meter uma cobertura da paragem, mas do lado do Pingo Doce, não têm, e então sugeriu, na plataforma em que a água passa por baixo, fazer uma paragem.

Passado uns dias, foi a uma reunião da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, e confrontou o senhor Presidente com a situação e o que o senhor Presidente lhe disse que é o Burger King punha, e o Pingo Doce não punha, mas que era de que a competência do Pingo Doce e que já tinha falado com alguém do Pingo Doce. Entretanto, foi ao Pingo Doce, porque conhece os donos do Pingo Doce, é amigo do falecido dono, que era o Jerónimo Martins, que tinha uma mercearia na baixa, confrontou os senhores e os senhores disseram-lhe que não sabiam de nada.

Voltou a confrontar o senhor Presidente da Junta de Freguesia, que reportou que era com a Câmara, e na última Assembleia da Junta de Freguesia, em dezembro, acha, confrontou o senhor Presidente da Junta da Freguesia, e não se vai alongar mais sobre o que se passou, mas queria saber se é verdade que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Moita mandou um e-mail para a Junta de Freguesia de Alhos Vedros a dizer que é da responsabilidade da Câmara meter lá uma para uma paragem. É isso que gostava que o esclarecesse.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Sobre a situação que o senhor Manuel Lourenço Rodrigues, da colocou da mesa de xadrez, queria dizer que agradece muito, mas a Assembleia Municipal é um órgão deliberativo, não tem património, portanto, para ser oferecido ao município terá que ser na Câmara Municipal, ou numa junta de freguesia.

Também queria dizer, sobre a morte do Zeca Afonso, que foi, e bem, aqui lembrada, que irá propor, no final deste período, um minuto de silêncio, uma vez que não têm aqui a música, porque o Zeca gostaria de mais que pudessem cantar o Grândola, “mas as vozes não devem estar assim muito afinadas”, portanto, vão fazer um minuto de silêncio, realmente, em homenagem a esse grande cantautor português.

Em seguida, perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos às questões colocadas.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Não vai começar pelos apartes que ouviu do público em respeito a todos.

Relativamente às questões colocadas à Câmara Municipal da Moita, nomeadamente, àquelas que foram colocadas pelo senhor Manuel Lourenço Rodrigues, dizer apenas que recebeu informação da doação que propôs fazer, falou com os serviços da Câmara e foi alertado por esses mesmos serviços para uma situação, a qual, desde já, repudia, não se associa, mas deixará à titular do pelouro da cultura para se pronunciar e dar a conhecer este caso aos membros da Assembleia Municipal, aos demais vereadores, e a quem os acompanha, o que é que se passou, porque aquilo que também os engrandece, e a postura que devem ter, é que devem ser os mesmos em todos os momentos, quer tenham um microfone à frente ou uma câmara a filmar, quer quando não têm uma câmara a filmar ou um microfone à frente, e outros olhos sobre eles, a sua postura, a sua conduta, a sua retidão e o respeito pelo outro deve, ainda assim, permanecer sempre.

Dito isto, e deixando a palavra para a Vice-presidente Sara Silva, depois intervir sobre essa matéria, queria tentar aqui responder aqui às questões do senhor Manuel Cerqueira e, desde já, agradecer a forma cordata e o sorriso com que me presenteia porque é sempre bom tê-lo aqui presente nas assembleias, e é sempre bom pelas oportunidades que lhe dá de ir aqui esclarecendo.

Dizer que, ainda hoje, estiveram reunidos com o Conselho de Administração da ULSAR, Unidade Local de Saúde do Arco Ribeirinho, onde falaram de interesses de diversa ordem, neste caso, para a região que abarca a ULSAR, em particular, o território do concelho da Moita e, em particular, o da Baixa da Banheira. Nessa reunião ficou agendada uma visita ao centro de saúde para começarem, desde já, a equipar o centro de saúde com o mobiliário e o equipamento necessário para o início da sua atividade.

Agradece a preocupação, e os reparos que aqui fez, mas pode deixar claro que, ainda no início deste mês, fez uma visita à obra e pode constatar o seu avanço, tanto que, hoje, o que foram fazer, e o que fizeram na ULSAR, foi começar a trabalhar para programar a instalação dos equipamentos e dos móveis, porque é uma coisa que pode andar juntamente com os trabalhos finais da obra. A obra, acredita-se, e não quer estar aqui a dar nenhuma data precisa, porque pode falhar por um dia ou dois, que a terão antes de comemorar o cinquentenário do 25 de Abril, e é por isso que já falaram, e já estão a trabalhar para colocar lá os equipamentos.

E, deixe também que lhe diga que, e que fique bem claro, se esta obra demorou tanto tempo e se arrastou durante tanto tempo, foi porque houve quem, durante muito tempo, pese embora verificasse que o empreiteiro não tinha capacidade para cumprir a obra, optou por nada fazer. E isso tem que ser dito. Em contrário, aquilo que têm vindo a fazer, de dia para dia, e isso é reconhecido pela população da Baixa da Banheira que vai encontrando e que lhe vai dizendo “a obra está a andar” e, efetivamente, a obra está a andar e, em breve, será concluída.

Relativamente a outras questões que aqui colocou, como a falta de médicos, falaram também de outras áreas, como o protocolo Bata Branca, e saudar esse protocolo que está agora em curso, bem como sobre a possibilidade de atração de médicos e aproveitar a atração de médicos que, no mês de março, acabam a sua formação, e tendo o centro de saúde já terminado, poder ser um motivo para os aliciar a vir para a Baixa da Banheira. Também desafiou a responsável pela direção técnica da ULSAR, dizendo-lhe que a Câmara Municipal estaria disponível para estabelecer um protocolo com a ULSAR, para que os médicos e os profissionais de saúde, que trabalham no concelho da Moita, possam utilizar a cantina da Câmara Municipal para fazer as suas refeições, deixando-se ainda disponível para fazer futuros contactos, no sentido de aumentar a atratividade do concelho da Moita para a fixação de jovens médicos.

Foi ainda reiterado o compromisso, assumido aquando da visita do ministro Manuel Pizarro, que a Câmara, assim que fosse feita a deslocalização do atual centro de saúde para as novas instalações, iria dar início aos procedimentos para a reabilitação do edifício atual do centro de saúde, convertendo-o num espaço de habitação, para arrendar as casas a preços acessíveis, direcionados a profissionais de saúde.

Por isso, não estão, nem nunca ficaram de braços cruzados. Desde o primeiro dia, estão a trabalhar e continuam a trabalhar para fazer algo tão simples quanto resolver os problemas dos munícipes do concelho da Moita e, neste caso, em particular, face às questões que aqui coloca, os da Baixa da Banheira, mas lembrar que aquele centro de saúde que agora está a ser feito na Baixa da Banheira, será uma unidade de saúde familiar que, e pela sua constituição, permitirá abranger um leque muito maior de utentes, permitindo que mais utentes passem a ser servidos por médicos de família.

Lembrar também que terá ainda imagiologia, ou seja, radiologia, permitindo fazer alguns exames, também terá uma sala de colheitas secas para que se possa fazer e recolher amostras, para que se façam exames em conjunto com o hospital do Barreiro, por isso, será um centro de saúde de excelência, que servirá não só a população da Baixa da Banheira, mas, pelas características únicas que apresenta, será um fator diferenciador e muito útil para todas as pessoas que vivem no concelho da Moita. É para isso que estão a trabalhar e vão continuar a trabalhar.

No que diz respeito ao túnel da Baixa da Banheira, vai tomar nota para tratar dessa situação tão depressa quanto possível, mas se é verdade que ainda falta colocar esta iluminação no túnel da Baixa da Banheira, deve lembrar que tem vindo a ser colocada iluminação nova por todo o concelho, nomeadamente, no acesso quando se vem dos Galitos para o Vale da Amoreira, entrando pela parte como quem vem do Barreiro para a Moita, e que muitos, pela localização que têm aqueles postes de iluminação, pensam ser no Barreiro, mas não, foi a Câmara da Moita que colocou aquela iluminação e fez as marcas rodoviárias na estrada que era da sua responsabilidade, dizendo, para deixar também claro, que a responsabilidade da Câmara da Moita termina à curva da estrada, por isso, não o levem a mal, mas aquele buraco que está a seguir à curva é da responsabilidade do município do Barreiro.

Depois, lembrar também que, no que diz respeito à iluminação, também foi colocada iluminação numa zona de garagens, num pátio tardoz à avenida José Almada Negreiros, que há muito tempo era pedida pelos moradores daquela freguesia, e ainda na União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, foi colocado, no bairro das Descobertas, iluminação na parte tardoz dos prédios, onde foram colocados lá mais um conjunto de candeeiros, mas não foi só na Baixa da Banheira que colocaram candeeiros e mais iluminação.

Também houve colocação de mais candeeiros na Moita e estão a identificar já novos locais, que pessoas lhes disseram que carecia de iluminação, por isso, sim, podem ainda não ter aquele projetor no túnel da Baixa da Banheira, mas a Câmara Municipal da Moita, no que respeita à iluminação, tem vindo a colocar mais iluminação por todo o concelho, dando resposta a muitas solicitações, que há muito tempo eram feitas pela população. E agora, olhando para o Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, não se podia esquecer de iluminação que colocaram por baixo do túnel que, uma e outra vez, ia sendo vandalizada e que nunca desistiram de a recolocar.

No que diz respeito ao elevador, deixe dizer-lhe uma coisa, a Câmara Municipal não faz contratos à peça. O que existe, no contrato de acordo de transferência de competências, é que têm que passar os contratos de manutenção dos equipamentos, contratos esses que estão a ser transferidos. O que acontece é que, por virtude de os contratos ainda se encontrarem em funcionamento, em vez de ser feita uma transferência de titularidade à hora e à data no momento da sua transferência, houve aqui um delay entre a transferência das competências e a transferência dos contratos, sendo que, alguns contratos, ainda estariam em vigor e da responsabilidade da ARSLVT.

Com a extinção da ARSLVT e a constituição da ULSAR, muitos têm sido os contratos que já estão a passar todos para a responsabilidade do município, e serão integrados no conjunto de contratos que o município tem, seja de manutenção de elevadores, seja de contratos de vigilância, que agora têm que ser revistos no sentido de os alargar, e com isso também aproveitar aquilo que já têm, efetuando ganhos de escala, e é dessa forma que estão aqui a trabalhar os contratos dos elevadores, e não só, manutenção de elevadores, manutenção de ares condicionados, contratos de vigilância, iluminação, e muitos outros, que são muitos, e contratos de várias áreas que é necessário para que todos os centros de saúde possam continuar a trabalhar com toda a regularidade.

Dito isto, vai responder aqui às questões que o senhor João Henriques lhes coloca. Primeiro, ainda que tivesse essa informação, com todo o respeito e apreço que tem pelo senhor João Henriques, nunca o diria, porque a quem cabe dizer se enviou e a quem cabe dizer se recebeu as comunicações é aos presidentes de junta da Moita e de Alhos Vedros, no quadro daquilo que considerarem oportuno e atendível. Não cabe à Câmara Municipal versar sobre a atividade específica e, além disso, comunicações de outros órgãos.

No que diz respeito aos abrigos, vulgo paragens, é uma questão de efetuar uma consulta, e está lá plasmado nos contratos de transferências de competências entre a Câmara Municipal e as autarquias locais, nomeadamente, as juntas de freguesia, e verificar o que é que foi transferido da responsabilidade da Câmara Municipal para as juntas de freguesia. A manutenção é de responsabilidade das juntas, as juntas têm estado a colocar abrigos, e bem, e sobre o abrigo a que se refere, poderão ver e observar. Não quer dizer que, num e noutro momento, a Câmara não possa ajudar, auxiliar, acompanhar, mas é uma situação que podem ver e trabalhar, e acredita que os presidentes de junta terão toda a disponibilidade para ouvir os seus fregueses e tentar, dentro daquilo que são as suas disponibilidades orçamentais, responder àquelas que são as suas necessidades.

E, desde já, no quadro do trabalho que têm vindo a desempenhar, aproveitar para dizer que cumpriu aquilo que lhe havia dito, numa destas reuniões a que compareceu e em resposta às questões que colocou, já começaram as obras de substituição integral da rede de abastecimento da Fonte da Prata. Dito isto, para explanar a questão da área da cultura e para responder ao senhor Manuel Rodrigues, passa a palavra à Vice-Presidente Sara Silva.

Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva

O senhor Manuel Rodrigues referiu aqui o nome do seu pai, pessoa por quem tinha e tem ainda neste momento muito respeito, privou com ele, uma pessoa íntegra, uma pessoa que teve o respeito de todos, porque também se dava ao respeito, portanto, tem por ele, como disse, grande respeito, uma pessoa com quem aprendeu muito, uma pessoa que a ensinou muito, e uma que lhe foi muito querida, portanto, tem muito respeito pelo seu pai.

O senhor Manuel Rodrigues, de facto, contactou os serviços da Câmara há um ano atrás, os serviços da cultura, onde apresentou muitas propostas, e vinha apresentando algumas propostas, por exemplo, começou, porque tem os e-mails à sua frente, por querer fazer uma exposição, depois já era umas oficinas de trabalho em madeira, a seguir umas “histórias da minha terra”, o mundo do trabalho, a marcha da Moita, e por aí fora. As trabalhadoras da divisão de cultura acolheram as suas ideias, ouviram, reuniram uma, duas, três vezes, as vezes que acharam necessário reunir, e o senhor depois acusa-as, mais à frente, num e-mail que também tem aqui à sua frente, de não darem respostas atempadas às suas solicitações,

Essas respostas, uma vez que têm uma programação exigente, têm vários equipamentos culturais para gerir, portanto, não é assim muito fácil conseguirem dar uma resposta imediata, até porque, entretanto, meteu-se um período de férias, e as trabalhadoras da Câmara também têm direito a essas férias, e não deram uma resposta no tempo útil que o senhor Manuel Rodrigues exigia. A partir daí, o senhor Manuel Rodrigues volta a contactar os serviços, e têm a dizer que da forma mais incorreta, mais incorreta porque teve uma atitude pouco digna para com as trabalhadoras e, muito sinceramente, não estava à espera da sua parte as palavras que dirigiu às trabalhadoras da Câmara, que não merecem, porque acolheram, reuniram e mostraram interesse em acolher também os seus projetos.

A Câmara Municipal da Moita tem as portas abertas para quem vier por bem e quiser. Não é assim para quem, ofensivamente, acusa as trabalhadoras da Câmara, e o senhor Manuel Rodrigues acusou, lançou ameaças, críticas ofensivas, e uma falta de respeito e falta de educação que, sinceramente, como responsável pela cultura, não lhe admite. Portanto, e como tal, as trabalhadoras, neste momento, estão muito condicionadas a dar-lhe qualquer que seja a resposta para acolherem qualquer um dos seus projetos que aqui apresentou, muito por isto, porque não tem o direito de acusar, ameaçar, desrespeitar, e como responsável que é pela área da cultura, e por estas trabalhadoras, que estão aqui a dar o seu melhor e que trabalham em prol de uma comunidade, e para todos, não lhe admite que se dirija a elas nos termos em que se dirigiu, com uma total falta de respeito e uma total falta de educação para com estas pessoas.

Não lhe admite, e vai pedir que seja contido e que tenha educação, e terá da Câmara toda a boa vontade para colaborar. Enquanto isso não acontecer, da parte do executivo e da parte da cultura, não vão acolher qualquer um dos seus projetos. Se quiser, depois, falar em particular, tem todo o gosto em reunir.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Pedi só para acrescentar que o e-mail que foi agora referido, tem linguagem ofensiva, diga-se, em vulgo, para todos saberem, um conjunto alargado de palavrões, ofensas, desde referir que “a Câmara tem contornos pidescos que aprendeu no tempo dos comunas ou aprendeu rapidamente com os socialistas”, e há outras palavras que o senhor aqui usa que, uma vez que ainda são 21:53, e estas sessões não têm aquela bolinha no canto superior do canal, se vai abster de aqui as revelar.

Por isso, quer deixar aqui claro, que acompanha, integralmente, aquilo que é a posição Vice-presidente Sara Silva, e que acredita que é a que melhor serve os interesses do concelho da Moita, e salvaguarda o respeito pelas trabalhadoras e trabalhadores deste município, e isso sim, é valorizar o 25 de Abril. Liberdade sim, mas a liberdade traz com ela responsabilidade, e é a essa responsabilidade que estão todos convocados a respeitarem-se mutuamente, em cada um dos momentos, sem excessos, sejam eles de linguagem, ou mesmo vernáculos.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou às forças políticas representadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre as questões colocadas.

Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas

Não se vai alongar muito, e só queria esclarecer e informar o senhor João Henriques que, efetivamente, esteve numa reunião pública do executivo e também numa Assembleia de Freguesia, em dezembro, em relação ao abrigo de passageiros a que se refere em frente ao Burger King, ou seja, numa zona que, neste momento, está em obras por parte do Pingo Doce. O que acontece é que a Junta de Freguesia instalou, efetivamente, um abrigo de passageiros novo em frente ao Burger King, que está a ser utilizado, e muito utilizado, e identificaram a necessidade de colocar um outro novo em frente, numa outra paragem dos TML, da mobilidade dos transportes públicos, em frente ao Pingo Doce, no entanto, não tinham condições técnicas para executar essa obra, essa instalação, e pediram ajuda à Câmara, e isto já há mais de 1 ano.

O que acontece é que a Câmara, tendo em análise um licenciamento para obras por parte do Pingo Doce, solicitou, e bem, colaborou com a Junta de Freguesia para benefício da população, para benefício da Câmara, para benefício da freguesia e também do Pingo Doce, neste caso, a instalação de um abrigo de passageiros naquele local, e é o que está a acontecer. Eles estão em obras há cerca de 2 semanas, tem havido contactos entre a Câmara e o Pingo Doce, e a própria empresa que vai prestar esse serviço ao Pingo Doce esteve na Junta de Freguesia a falar com o próprio, a solicitar a referência do abrigo de passageiros que têm vindo a adquirir a uma empresa de Benavente.

Curiosamente, hoje, porque têm dois abrigos de passageiros adjudicados para outros locais, a empresa ligou-lhe a perguntar se podiam transportar aquele terceiro abrigo de passageiros para entregar ao Pingo Doce, na segunda-feira, e disseram que sim, porque a carrinha da Junta ia buscar os seus dois e assim ficam em vantagem, porque é menos esse valor que vão ter custear com a deslocação, e assim, como iam buscar os seus dois abrigos de passageiros, vêm três, e este abrigo de passageiros que vai ficar junto ao Pingo Doce vai ser instalado pelo Pingo Doce, se calhar, daqui a uma semana, daqui a duas, daqui a três, em função daquilo que acontecer na evolução das obras.

Portanto, não há aqui nada sem ser isto, e isto sempre esteve em cima da mesa, que é o planeamento, é aferir as necessidades, identificar as necessidades e implementar soluções possíveis, porque a Junta de Freguesia não conseguia, e a Câmara fez um trabalho excecional de negociação, ou de melhoria de equipamentos, neste caso, de mobilidade para a população e para a freguesia de Alhos Vedros. Portanto, parabéns à Câmara, parabéns à freguesia de Alhos Vedros e à população, porque todos estão a ganhar com isso.

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Só queria recordar que os 37 anos da morte do Zeca Afonso não caíram em vão. Ainda hoje, na Baixa da Banheira, apesar do tempo, realizou-se uma homenagem ao Zeca, entre as duas e as seis da tarde, no Parque Zeca Afonso, no próprio parque que tem o seu nome, e era só para recordar esta situação, cuja organização foi da URAP.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Primeiro que tudo, dizer que é sempre muito bom que a população assista a estas reuniões, ou a qualquer reunião pública de um órgão autárquico, e é sempre muito bom que a população intervenha. Tomaram nota de tudo aquilo que foi dito e, para já, associam-se veementemente ao pedido de silêncio em honra de Zeca Afonso. O 1º Secretário, Deputado António Chora, tirou-lhe as palavras, porque também ia referir que houve hoje uma homenagem, e o Zeca Afonso teve, realmente, um papel extremamente importante na educação cívica e política da população deste concelho e deste país, portanto, nunca é demais lembrá-lo, e lembrar que os homens livres existiram sempre e vão continuar a existir.

Em relação à intervenção do senhor Manuel Cerqueira, em relação ao centro de saúde, não se esquece nunca do refrão de uma canção que diz “paz, pão, saúde, educação, habitação”, portanto, 50 anos depois do 25 de Abril, olham para estes cinco temas, e na saúde na Baixa da Banheira têm, neste momento, um problema grave. Um problema grave, porque é verdade que o centro de saúde se atrasou no mandato da CDU, fruto daquilo que acontece regularmente por este país fora em concursos públicos, que é uma empresa que ganhou e que não cumpriu. Muitas vezes, e ainda esta semana, na comunicação social, estava um presidente de uma Câmara do PS a queixar-se que a execução do PRR

estaria em risco, porque vários concursos estão vazios, e porque isto faz parte da gestão autárquica, infelizmente, é normal que algumas obras não decorram com a celeridade que todos desejariam.

O que já não é normal, é que um executivo que diz que queria ter a obra pronta o mais depressa possível, demorou um ano a tomar a decisão de tomar conta da obra e lançar um novo concurso, e foi este executivo que agora está na Câmara Municipal da Moita que o fez. Demorou um ano, praticamente, até lançar um novo concurso, um novo para construir o centro de saúde Doutor Raul Coelho, porque não se esquecem que o nome que a população pede para o centro de saúde é Doutor Raul Coelho. Até hoje, não ouviram da parte deste executivo a confirmação que este centro de saúde teria este nome.

Mas, também já ouviram dizer aqui que o centro de saúde estaria pronto no final do ano, agora será antes do 25 de Abril, portanto, esperam que seja o mais breve possível e que, efetivamente, o centro de saúde tenha todas aquelas valências que foram duramente debatidas com a comissão de utentes, com o ACES Arco Ribeirinho, com o ministério da Saúde, e a comissão de utentes da saúde fez um papel extraordinário, apoiada pelos autarcas da CDU, porque estes autarcas do PS resolvem não reconhecer que existe uma comissão de utentes da saúde na Baixa da Banheira.

Mas, os antigos autarcas da CDU, reconheciam e acompanhavam a comissão de utentes nas suas reuniões, à Assembleia da República, ao Governo, e foram recebidos mais do que uma vez pela ministra da Saúde, Marta Temido, foram recebidos pelos grupos parlamentares, foram recebidos, constantemente, pela direção do ACES Arco Ribeirinho, e foi nesse trabalho imenso, um trabalho imenso voluntário do povo, um trabalho que os faz ter orgulho no 25 de Abril, porque isto antes do 25 de Abril seria impossível. E este trabalho deu origem a um conjunto de valências neste centro de saúde que, de outra forma, não seriam possíveis instalar.

O que acontece, neste momento, é que o centro de saúde ainda não está feito, o centro de saúde atual não tem condições, e não tem médicos, nem enfermeiros, em número suficiente para dar resposta às necessidades da população e estão, efetivamente, como nunca estiveram, e estão com um nível de população sem médico de família que agrava os problemas de saúde da população. Sabem que são pessoas, muitas delas, com poucas receitas, e que necessitam de ir ao centro de saúde para marcar os seus exames, para serem avaliadas nas suas doenças, muitas delas crónicas, portanto, essas precisam de uma atenção constante e, neste momento, isso não é possível.

E, pior ainda, têm uma população que não tem médico de família e que tem que passar horas, noites, à espera de uma senha para poder ser atendido, e isto porque, como sabem, infelizmente, neste modelo em que o Serviço Nacional de Saúde está a ser relegado para segundo plano, e está a ser relegado para segundo plano não só na Baixa da Banheira, está no país inteiro, e o que têm, neste momento, é um conjunto sucessivo de governos que resolveu não investir no Serviço Nacional de Saúde, e têm uma aposta no privado.

E, não é por acaso, que hospitais e clínicas privadas abrem constantemente aqui na zona e no país, e isto é resultado da degradação acentuada e, do seu ponto de vista, criminosa, do Serviço Nacional de Saúde. Portanto, 50 anos depois do 25 de Abril, têm um dos pilares do 25 de Abril neste estado, e querem que as próximas eleições possam dar um resultado positivo a quem defende, efetivamente, e com provas dadas, o Serviço Nacional de Saúde e todas as suas valências

Queria também dizer, em relação a outro ponto que o senhor Manuel Cerqueira aqui deixou, que é verdade que a luz no túnel da Baixa da Banheira está assim, pelo menos, há três anos, ele aponta quatro, mas diz pelo menos três, porque viu há três anos. Também é verdade que existem mais pontos no concelho que estão sem luz, e também é verdade que, quando contatam a E-redes, dizem que não é nada com eles e que têm que falar com a Câmara. Portanto, era importante que a Câmara desse uma resposta aos problemas que a população aqui coloca, e que não desviasse o assunto com outras coisas que são a gestão corrente.

Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

Gostava de questionar acerca da situação da tal estrada que o senhor Presidente da Câmara refere que todos conhecem como a estrada da vacaria, porque urge também questionar e saber, após a colocação dos mencionados candeeiros, para quando também o passeio no mesmo local porque, pelo trânsito abismal que circula no local, é possível constatar ali diversos transeuntes sem que seja verificada a segurança dos mesmos.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal, uma vez que na última intervenção foi feita uma pergunta, se pretendia responder.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Disse que lhe parecia que esta pergunta não caberia no período de intervenção do público, mas podia responder, efetivamente, à questão.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

No mesmo sentido, e por lhe parecer mais correto, solicitou que a resposta à questão em apreço fosse dada no ponto referente à apreciação da atividade da Câmara Municipal,.

Quanto ao aniversário do falecimento do Zeca Afonso, e tal como havia dito, quando há pouco referiu o esquecimento, o mesmo foi da sua parte porque, efetivamente, conhece os documentos apresentados no período de antes da ordem dia, e é uma pena não ter havido hoje essa lembrança, e daí o esquecimento a que se referiu.

Pessoalmente, é uma pessoa que lhe disse muito e que, enquanto jovem, acompanhou muito em Alhos Vedros, e acha que a cultura e, nomeadamente, os poetas e músicos que foram, antes e depois, libertando as suas mentes para as causas, e para a luta pela liberdade, merecem o maior respeito de todos, e proporia, se ninguém tivesse nada a opor, que fizessem um minuto de silêncio em memória do grande poeta e cantor José Afonso, que os deixou no dia 23/02/1987.

Neste momento, após a anuência de todos os membros, a Assembleia Municipal realizou um minuto de silêncio em homenagem a Zeca Afonso, ao qual se seguiu uma salva de palmas.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Deu por concluído o período de intervenção do público.

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perante um pedido de interpelação à Mesa, passou a palavra ao Deputado Municipal João Faim.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

A sua pergunta à Mesa da Assembleia, refere-se ao facto de, enquanto membros da Assembleia, nomeadamente, enquanto bancada da CDU, terem sido convidados pela autarquia a fazer parte de um grupo de trabalho, a que chamaram a estrutura concelhia de missão para as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, e deve aqui dizer que foram várias reuniões, bastante profícuas, de grande consenso, de espírito democrático e de abertura, nomeadamente, o senhor Presidente da Assembleia foi das pessoas que, pelo menos nas reuniões em que participou, que mais se empenhou também nesse consenso e nesse espírito democrático. Consenso tal que, uma das propostas prende-se, exatamente, com a comemoração dos 50 anos do dia 25 de Abril no próprio dia 25 de Abril, com a realização da sessão solene desta Assembleia Municipal, que também se pretende que seja conjugada com uma proposta de realização de um desfile, portanto, uma passeata, um desfile popular.

Até ao momento, não têm conhecimento de nenhum programa oficial do município, e não está a questionar o município, está a questionar a Mesa da Assembleia Municipal, e pergunta, exatamente, para as comemorações do dia 25 de Abril, que informações é que a Mesa tem para dar relativamente à sessão solene e relativamente às comemorações dos 50 anos do 25 de Abril.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Sobre isso, só queria dizer que também está, exatamente, à espera do calendário oficial, mas uma vez que, neste período de antes da ordem do dia, a Câmara Municipal não intervém, a Câmara poderá responder e poderão debater esse assunto no ponto referente à discussão dos atos da Câmara.

Em seguida, informou que deram entrada na Mesa da Assembleia os seguintes documentos para discussão, apreciação e votação:

2.1 - Moção “Solidariedade com o povo da Ucrânia e pesar pela prisão e morte de Alexei Navalny na Rússia”, apresentada pelo Grupo Municipal do PS;

- 2.2 -Saudação aos “50 anos do 25 de abril de 1974”, apresentada pelo Grupo Municipal do PS;
- 2.3- Moção “Pela adoção de medidas de controlo da obesidade”, apresentada pelo Deputado Municipal Independente Bruno Mendes;
- 2.4 -Moção “8 de Março - Dia Internacional da Mulher”, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista;
- 2.5 -Saudação “Pela atualização dos valores protocolados entre a Câmara Municipal da Moita e as Juntas de Freguesia do Concelho da Moita”, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista;
- 2.6 -Saudação “8 de Março: Dia Internacional da Mulher”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU;
- 2.7 -Saudação ao XV Congresso da CGTP, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu ao Grupo Municipal do PS para proceder à apresentação do documento 2.1.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

“MOÇÃO

Solidariedade com o povo da Ucrânia e pesar pela prisão e morte de Alexei Navalny na Rússia

A Ucrânia continua a sofrer uma bárbara invasão e de guerra no seu país há já uns dolorosos 2 anos, destruidora da vida deste país e do seu povo.

Ao mesmo tempo, assistimos à morte do cidadão e opositor político do regime Russo, Alexei Navalny, preso por delito de opinião e que morreu na prisão em condições muito duvidosas. Uma prisão que se prolonga mesmo depois da sua morte, pelo facto de não entregarem em tempo aceitável o corpo à sua família.

Tudo isto está ligado. A falta de liberdade que se vive na Rússia, a perseguição a quem ousa opor-se ao regime totalitário e aos instintos bélicos e desumanos imperialistas do seu líder, Putin, a continuação da invasão da Ucrânia e a morte de milhares de pessoas e destruição de bens nesse país, que faz amanhã 2 anos.

A Assembleia Municipal da Moita reunida na sua sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2024 manifesta o seu mais profundo repúdio por esta agressão invasora e de guerra, bem como a sua solidariedade à Ucrânia e ao seu povo.

Igualmente manifesta o seu pesar pela prisão e morte muito duvidosa de Alexei Navalny que ousou lutar pela democracia e liberdade na Rússia.

Esta moção é um voto de pesar que deverá, se aprovada, ser enviada para as embaixadas da Ucrânia e da Rússia em Portugal e para a comunicação social distrital.

O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Moita.

Moita, 23 de fevereiro de 2024”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação, a mesma foi **aprovada** por **maioria** com vinte e um votos a favor, sendo quinze do PS, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira; nove abstenções da CDU.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Grupo Municipal do BE proferida pelo 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora

“Á cerca deste voto, nós, Bloco de Esquerda, sempre e em todas as circunstâncias e em qualquer parte do mundo em que os Direitos Humanos estiveram em causa, mantivemos a defesa intransigente dos mesmos, e repudiámos e repudiamos todas as guerras e invasões.

Não esquecemos os presos políticos, com esta definição ou outra, dependendo do continente e país onde estão presos, nem branqueamos os carcereiros Putins, Netanyahus, Kim Jong-un, Maduros ou Bidens.

A nossa posição favorável a este voto tem mais a ver com a solidariedade que nos merecem todos os Povos invadidos e presos políticos existentes no mundo e por cujas vidas os governos são responsáveis.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do PS para proceder à apresentação do documento 2.2.

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS

«Saudação aos 50 anos do 25 de abril de 1974

Celebramos este ano, com orgulho e gratidão os 50 anos do 25 de abril de 1974, um marco histórico que mudou o curso de Portugal e abriu as portas para uma era de liberdade, democracia e progresso.

Em 1974, Portugal estava sob o jugo de um regime autoritário, mas a bravura e determinação dos militares do Movimento das Forças Armadas (MFA) alteraram irreversivelmente o curso da história, com o derrube do governo fascista que abriu caminho para uma transição pacífica para a democracia, lançando as bases para uma sociedade mais justa e inclusiva.

O povo saiu para a rua, e num misto de lágrimas e de alegria surgiam sorrisos de liberdade e gritavam “O Povo unido jamais será vencido”. Os primeiros gritos livres de vivas à liberdade, à democracia, à libertação dos presos políticos, ao fim da guerra colonial e por uma maior justiça social e o dia começava limpo e inteiro.

Abril valeu a pena e tem que continuar a valer a pena!

A Revolução dos Cravos permitiu a construção dos pilares de um estado social próprio de uma sociedade mais inclusiva e mais solidária, hoje vivemos melhor, embora a garantia de um país que promove e defende a igualdade, a justiça social, o desenvolvimento económico sustentável, a construção de uma nação onde os direitos individuais são respeitados e as oportunidades são acessíveis a todos, é o maior desafio da democracia e dos democratas.

Contudo, enquanto celebramos estas conquistas, não podemos ignorar os desafios contemporâneos que enfrentamos na salvaguarda da democracia em Portugal.

A sociedade está em constante evolução, e é nossa responsabilidade enfrentar os obstáculos que se apresentam, nomeadamente os desafios como a desigualdade social, as ameaças à liberdade de expressão, o surgimento de movimentos saudosos dos tempos antes de abril de 1974 exigem uma vigilância constante e ação proativa de todos sem exceção.

Neste jubileu do 25 de abril, é crucial renovarmos o nosso compromisso com os valores democráticos que nos unem como nação, e devemos aprender com a história e procurar soluções para os desafios contemporâneos, assegurando que as gerações futuras possam desfrutar dos frutos da liberdade conquistada em 1974.

Que o espírito de abril nos inspire a enfrentar os desafios do presente com a mesma coragem e determinação que guiaram os nossos concidadãos há 50 anos.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita reunida na Biblioteca Bento Jesus Caraça na Moita a 23 de fevereiro delibera saudar:

- Todas as mulheres e homens que lutaram e lutam continuamente pelos valores e liberdades conquistadas em 25 de abril de 1974;
- Aqueles que defendem um Portugal livre, justo, igualitário, e que continuamente lutam pelos direitos humanos, pela justiça social e por um Estado de direito.

Moita, 23 de fevereiro de 2024

Os Deputados Municipais Eleitos pelo PS na Assembleia Municipal da Moita»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a **saudação** a votação, a mesma foi **aprovada** por **unanimidade** com trinta votos a favor, sendo quinze do PS, nove da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira.

Neste momento, a pedido do Presidente da Assembleia Municipal, todos os membros deram uma salva de palmas ao 25 de Abril de 1974.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em seguida, pediu ao Deputado Municipal Independente Bruno Mendes para proceder à apresentação do documento 2.3.

Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

«MOÇÃO

Pela adoção de medidas de controlo da obesidade

A Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou em 2022 o Relatório da Obesidade, tendo-se concluído que a obesidade e o excesso de peso têm dimensão de epidemia na Europa e que a doença poderá ter-se agravado “de forma alarmante” com a pandemia de COVID-19.

Atualmente, segundo o mesmo relatório, 59% da população adulta e 1 em cada 3 crianças em idade escolar europeias têm excesso de peso ou obesidade, um panorama que poderá ter sido agravado pelas restrições impostas pela pandemia de COVID-19, que poderão ter conduzido a inadequados hábitos alimentares e padrões de atividade física. Perante o cenário, a OMS alerta que nenhum estado-membro, onde se inclui Portugal, vai conseguir alcançar a meta anteriormente estabelecida que previa travar o aumento da obesidade até 2025.

Entre a população adulta na região europeia da OMS, há uma prevalência de 59% de excesso de peso, com os homens a liderarem (63%), sendo que, por sua vez, a obesidade atinge 23,3% da população desta região.

Também nas crianças em idade escolar e nos adolescentes o retrato é preocupante: 1 em cada 3 crianças tem excesso de peso ou obesidade, e na adolescência 1 em cada 4.

A OMS alerta para as graves consequências para a saúde do excesso de peso e da obesidade, nomeadamente, para o risco aumentado de casos de cancro, e salienta que se estima que 1,2 milhões de mortes anuais poderão resultar diretamente deste problema.

Como recomendações, a Organização Mundial da Saúde, à semelhança do que a Ordem dos Nutricionistas tem vindo a defender, aponta as medidas económicas de promoção do consumo de frutas e produtos hortícolas; a implementação de programas e campanhas de educação alimentar; a implementação de campanhas nacionais de alimentação saudável; e a obrigatoriedade de esquemas de rotulagem nutricional na frente da embalagem nos produtos alimentares.

No caso português, e neste âmbito, a OMS destaca positivamente a lei da publicidade dirigida a crianças que “restringe a publicidade de bebidas e alimentos ricos em gordura, sal e açúcar”, reforçando que é necessário um sistema de monitorização rigoroso “especialmente com as novas tecnologias e técnicas” do marketing digital.

Para além disso, o Relatório da Obesidade 2022 recomenda que a disponibilização de alimentos em ambientes públicos promova uma alimentação saudável e que haja uma monitorização e controlo apertado dos produtos alimentares à venda, junto a estabelecimentos de ensino, bem como que se monitorize a prevalência da obesidade ao longo do ciclo de vida.

Tendo em conta que o Programa Nacional de Combate à Obesidade data de janeiro de 2005, portanto, desatualizado, mantendo-se como urgente a necessidade do atrás elencado, nomeadamente, no que respeita ao inverter esta tendência dos crescentes níveis de obesidade.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita delibera, na sequência da presente proposta, para que o governo:

1. Reforce o tratamento da obesidade através de um programa de saúde integrado, centrado na prevenção;
2. Determine o aprofundamento de campanhas e medidas de promoção de controlo da obesidade na população com problemas de excesso de peso;
3. Promova a atualização urgente do Programa Nacional de Combate à Obesidade e demais programas e planos que ajudem a prevenir e a combater esta doença;
4. Estabeleça parcerias de apoio institucional, nomeadamente com organismos especializadas no acompanhamento sanitário e psicológico, em particular, no grupo etário das crianças e jovens;

É deliberado ainda:

O envio da presente deliberação ao Ministério da Saúde (secretaria de estado da promoção da saúde e secretaria de estado da saúde), aos agrupamentos de Centros de Saúde da Moita e à CPCJ da Moita.

Moita, 23/02/2024

Bruno Mendes

Deputado municipal independente»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação, a mesma foi **aprovada** por **unanimidade** com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do PS, oito da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do PS para proceder à apresentação do documento 2.4.

Presidente da União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, Ana Costa

“MOÇÃO

8 DE MARÇO - DIA INTERNACIONAL DA MULHER

O Dia Internacional da Mulher, comemorado em todo o mundo, assume um significado particular no contexto português, marcado tanto por conquistas históricas como por desafios persistentes no caminho para a igualdade de direitos e oportunidades.

Desde a Revolução dos Cravos, que marcou o início de uma nova era de liberdades e direitos, em Portugal assistiu-se a progressos notáveis, incluindo a legalização do divórcio, a interrupção voluntária da gravidez ou a adoção de leis que visam combater a violência doméstica e promover a paridade de género na vida política e empresarial.

Contudo, reconhecemos que, apesar destes avanços, enfrentamos, ainda, grandes obstáculos como a persistência de disparidades salariais entre homens e mulheres, a sub-representação feminina em cargos de liderança e decisão e a continuação de um número elevado de casos de violência de género e discriminação.

Apesar das enormes conquistas ao longo dos anos, admitimos que ainda há muito por fazer e que os retrocessos estão aí.

As sucessivas crises e as guerras dos últimos tempos, fizeram emergir populismos que são uma ameaça à Democracia e aos direitos conquistados.

A pandemia do Covid 19, trouxe um aumento de casos de violência doméstica, numa altura de confinamento obrigatório, em que as vítimas permaneciam, no mesmo espaço, em permanente contacto com os agressores.

É tempo de retomarmos o caminho das vitórias e avançarmos na luta diária para que a igualdade de oportunidades, para homens e mulheres, seja uma realidade inalienável.

O país contará com o trabalho e a energia das mulheres para estancar retrocessos e limitações à concretização dos seus direitos.

Defendemos um mundo sem homofobia, racismo, sexismo ou qualquer outro tipo de discriminação que limite os nossos direitos. Defendemos um mundo onde consigamos combater as desigualdades sociais e a pobreza energética e enfrentar as alterações climáticas, os desafios demográficos e as desigualdades digitais.

A Assembleia Municipal da Moita, reunida a 23 de fevereiro de 2024, saúda, sem exceção, todas as mulheres do concelho, na passagem do Dia Internacional da Mulher, dando força à sua determinação na luta pela igualdade de oportunidades, no respeito pela sua dignidade e direitos, valorizando o seu estatuto, enquanto cidadã, mãe e profissional.

Neste sentido, a Assembleia Municipal da Moita, assumindo o seu compromisso na defesa dos direitos das mulheres, delibera:

1. Reiterar o compromisso com a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, adotando medidas concretas para garantir a sua plena participação em todos os aspetos da vida pública e privada.
2. Fomentar políticas que promovam a igualdade salarial, o acesso a iguais oportunidades de emprego e a representação equitativa em posições de liderança e decisão.
3. Apoiar iniciativas educativas e programas de sensibilização que visem desmantelar estereótipos de género e promover uma cultura de respeito e igualdade.
4. Reforçar o apoio às vítimas de violência de género, contribuindo para uma melhoria dos mecanismos de proteção e assistência, reforçando as redes de apoio entre os serviços públicos, autarquias e organizações sociais, tendo em vista uma sinalização, encaminhamento e solução atempada e eficaz.
5. Saudar as comemorações do Dia Internacional da Mulher e as organizações que as promovem.

A Bancada do Partido Socialista”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta votos a favor, sendo quinze do PS, nove da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do PS para proceder à apresentação do documento 2.5.

Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS

“Saudação

Pela atualização dos valores protocolados entre a Câmara Municipal da Moita e as Juntas de Freguesia do Concelho da Moita

A Assembleia Municipal da Moita saúda o escrupuloso cumprimento dos protocolos de descentralização da Câmara Municipal da Moita com as Juntas e Uniões de Freguesias do Concelho da Moita, com o

aumento dos valores monetários dos mesmos, na base do índice de inflação de 2023, que se fixou em 4,37%, tal como consta desses protocolos, e que ascendem a 1.200.000€ no ano de 2024.

Ao contrário daquilo que acontecia no último mandato de 2021-2022, em que os protocolos existentes não tiveram qualquer ajuste ou reforço dos valores ao abrigo dos protocolos existentes, criando assim uma incapacidade às Juntas de Freguesia de fazer mais pelas suas populações.

Apesar das dúvidas colocadas em 2022, por alguns dos elementos desta Assembleia acerca destes protocolos, veio-se a verificar que o trabalho conjunto entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, na reformulação integral dos protocolos existentes, era necessário e justifica-se para bem do nosso Município.

De salientar que estes protocolos, são um exemplo claro de um modelo de descentralização eficaz, e que permitem dotar as Freguesias de recursos para responder com maior facilidade às necessidades da população, pela sua proximidade.

Moita, 23 de fevereiro de 2024

Os Deputados Municipais Eleitos pelo PS na Assembleia Municipal da Moita”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Nesta saudação, relativamente aos protocolos e “ao exemplo claro de um modelo de descentralização eficaz”, reveem-se nesta afirmação, exatamente, porque, e não quer aqui estar a falar do passado, mas como a saudação o refere, tem que falar e dizer que, naturalmente, se houve força política que, no poder local democrático, avançou com a descentralização, com os protocolos para as juntas de freguesia e foi pioneira nesse aspeto foram, de facto, as autarquias aquando de executivos da CDU. Portanto, esta questão dos protocolos, para a CDU, não tem discussão possível, porque é o caminho certo. E é o caminho certo, porque sempre disseram que as juntas, pela sua proximidade à população, porque não são uma câmara municipal, têm outra sensibilidade para atalhar os pequenos problemas, os problemas do dia a dia, aqueles que, muitas vezes, mais doem às pessoas e que passam despercebidos.

Portanto, os protocolos são absolutamente necessários, diria até, fundamentais, e também diria que a evolução dos protocolos faz parte da vida, e mal seria se os protocolos de 2024, ou de 2022, fossem, exatamente, os mesmos protocolos que tinham sido há 20 anos atrás, porque isso era sinal que não se tinha aprendido nada e que as coisas não tinham evoluído, daí saudar, de facto, a existência de protocolos e, em nome da verdade, tem que dizer, exatamente, que o trabalho de descentralização, o trabalho de valorização, diria até, das juntas de freguesia, do papel das juntas de freguesia, partiu sempre da sua força política e na gestão dos executivos da CDU. Isto é uma verdade, e pensa que é inquestionável.

Agora, há aqui nesta saudação, e concordando inteiramente com esta última frase, e não apenas porque refere estes protocolos em vigor no município da Moita, com as juntas de freguesia do concelho, mas valorizando, exatamente, o papel dos protocolos, não se podem rever nos parágrafos anteriores, quer quando é dito “o escrupuloso cumprimento dos protocolos de descentralização da Câmara Municipal da Moita com as Juntas e Uniões de Freguesias”, porque não têm informação. Já pediram essa informação, e a Câmara não lhes dá informação relativamente ao cumprimento desses protocolos. Portanto, acreditam, porque não têm motivos para duvidar do promotor da moção, apesar de não ser presidente de junta, mas estão aqui vários presidentes de junta que, com certeza, confirmarão isso, e até dá de barato, se aqui é dito e se concordarem, que os protocolos poderão estar a ser cumpridos.

Agora pensa que a questão referida no segundo parágrafo “Ao contrário daquilo que acontecia”, são “histórias da carochinha” e, de facto, com uma saudação que se pretende que seja uma saudação de valorização do papel do poder local democrático, diria até que peca um bocado, desculpem-lhe a expressão, por panfletária, e até de algum sentido de provocação porque, obviamente, a CDU não podem votar favoravelmente uma saudação que refere aquilo que é referido aqui, nomeadamente, no segundo parágrafo.

Portanto, dizer já que se vão abster nesta saudação, e que serve também como declaração de voto, que se reveem inteiramente, repete, reveem-se inteiramente no modelo de descentralização dos protocolos, porque valoriza o papel das juntas de freguesia, nomeadamente, sejam governadas por que força política for, porque desde que as pessoas queiram trabalhar, queiram aplicar, queiram por os seus bons ofícios em prol da população, os protocolos são uma ferramenta fundamental.

Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira

É com enorme agrado que vê o cumprimento da cláusula 10ª, nos seus pontos 2 e 3, dos contratos interadministrativos que foram celebrados entre a Câmara Municipal da Moita e a Junta de Freguesia que representa. Durante o mandato de 2017 a 2021, fez parte da Assembleia de Freguesia, na bancada da oposição, a gestão dessa Junta de Freguesia caberia, nessa altura, à CDU, e não se lembra, nem nunca houve uma atualização. Uns contratos similares foram celebrados em 2017 início de 2018, por essa altura, também tinha cláusulas similares e, por acaso, nunca existiram atualizações dos valores em função das taxas de inflação.

No início deste mandato, fizeram as contas, essa não atualização representava uma não entrada nas contas da Junta de Freguesia da Moita entre os vinte e os vinte e quatro mil euros, em quatro anos, e era muito significativo porque esse valor face ao valor global anual, equivalia a cerca de 7% do orçamento da Junta de Freguesia, e é claro que era sempre uma verba que correspondia ao cumprimento de uma cláusula celebrada entre as duas instituições.

Felizmente, por um lado e, infelizmente, por outro, porque quando teve acesso a esta verba também a considerou, realmente, generosa, porque esta verba é fixada, e no caso da Junta de Freguesia da Moita, nas outras juntas também, mas no caso da Moita vão ter um acréscimo, este ano, de 14000 euros nos contratos interadministrativos, e infelizmente porque a taxa de inflação, que prejudicou muitas famílias em Portugal, e por esta Europa fora, se verificou nos 4,37%. É um valor generoso, que o preocupa, por esse lado, por outro lado, fica satisfeito porque é uma verba que vai ser imprescindível para poderem continuar a fazer o seu trabalho, face aos desafios que ainda têm até ao final do mandato, face aos investimentos que estão a fazer e aos custos que a matéria-prima tem atingido, que se pode cifrar à volta de 70%, 80% face a 2020 e 2021. Agora caberá também a cada uma das juntas de freguesia, fazer uma boa gestão destes recursos, como tem sido até agora, e dar uma boa resposta para as populações.

Entretanto, deve dizer, sobre a verificação do cumprimento dos protocolos, que têm, trimestralmente, sempre que se realizam as assembleias de freguesia, o seu relatório de trabalhos que apresentam à Assembleia de Freguesia e que, por acaso, têm enviado para a Câmara Municipal, para que possam avaliar o cumprimento daquilo que fazem, ao nível das diversas competências que estão contratualizadas.

Para terminar, e na senda da celebração, destes contratos interadministrativos, destes protocolos, quer deixar um repto ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para a possibilidade de, este ano, em vez de contratos de competências delegadas, celebrarem os autos de transferência de competências, para que todas aquelas competências que são temporais, por mandato, passem a competências definitivas da Junta de Freguesia, porque não se podem esquecer que as juntas de freguesia estão a fazer um investimento ao nível dos recursos humanos, ao nível de maquinaria, e nunca sabem, nos próximos mandatos, o que é que poderá acontecer em termos políticos, e também porque as instituições que representam não podem estar sujeitas a esta oscilação, de poderem, de quatro em quatro anos, vir a ter menos competências que aquelas já foram delegadas.

Para isso existe o processo de autos, que é feito diretamente com o fundo de financiamento de freguesias, em que depois será este órgão, através da DGAL, que vai diretamente aos ministérios apresentar estes autos de transferência, e a verba passa diretamente do Estado para as juntas de freguesia, o que os torna mais libertos e com consciência mais tranquila de que o processo se irá manter. Aliás, esta questão de passar autos de transferências, é um assunto que está a ser debatido ao nível da Associação Nacional de Freguesias, já foi debatido no Congresso Distrital e no Congresso Nacional das Freguesias, que é uma ambição que têm para poderem, espera, ter essa tranquilidade institucional que já falou.

O segundo repto que deixa, é que também estão aptos e estão prontos para começarem a falar e a negociar novas competências para as juntas, para poderem crescer e tornar cada vez mais o poder local autárquico, no caso das freguesias, cada vez mais próximo, eficaz e eficiente junto das populações.

Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Bárbara Dias

Enquanto Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, é claro que tem que saudar esta atualização dos valores protocolados e, efetivamente, quer enquanto oposição, no mandato passado, e mesmo quando entraram em funções neste mandato, verificaram que, efetivamente, esta atualização não estava a ser respeitada, e nas negociações entre as juntas de freguesia e a Câmara Municipal, foi uma das suas reivindicações, porque só assim é que fazia sentido também estes protocolos serem, no fundo, cumpridos. Portanto, o que se passou, recentemente, é,

nada mais nada menos, que o cumprimento daquilo que está protocolado e, obviamente, têm que saudar este cumprimento e esta atualização de valores.

Sobre o que foi aqui dito, que aquilo que está aqui escrito na saudação, são meras “histórias de carochinha”, dizer que estão a falar de valores que lesaram não só as juntas de freguesia e os seus orçamentos, mas também os fregueses, porque foram obras que não foram executadas, foram trabalhos que não foram concretizados e, se as juntas de freguesia tivessem visto estes valores atualizados, provavelmente, teriam mais recursos financeiros para executar mais projetos e não o fizeram. Não o fizeram, e podiam até não o fazer na mesma, mas isso é estarem aqui a pôr as hipóteses do passado, e não faz muito sentido.

Mas, efetivamente, dizer que, mais que números, porque, neste momento, estão aqui a discutir números, o que importa realçar e sublinhar, com a atualização dos valores protocolados, é mesmo a confiança que o município tem nas juntas de freguesia, reforçando não só o poder de proximidade, porque as juntas de freguesia são o primeiro rosto dos políticos para os cidadãos, mas também valoriza, por si, o trabalho de parceria entre o município e as juntas de freguesia e, obviamente, que também se sentem bastantes gratos ao município da Moita por esta confiança que também lhes passou.

E também reforçar, não só aquilo que o seu colega Fabrício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia da Moita realçou, por causa quanto aos autos de competência, mas também sobre mais competências a delegar para as juntas de freguesia porque, efetivamente, este ano estão a comemorar os 50 anos do 25 de Abril, daqui a dois anos estarão a comemorar os 50 anos das primeiras eleições autárquicas livres, e nada melhor que, daqui a dois anos, estarem a comemorar estes 50 anos com juntas de freguesia com competências solidificadas, com mais competências, com um trabalho muito mais abrangente no seu território, porque só é possível gerir o seu território de uma forma muito mais abrangente, muito mais transversal, se tiverem também do seu lado as competências que lhes permitam os trabalhos serem programados e serem executados de forma plena, e também Câmara Municipal depois teria oportunidade de se focar também nos seus projetos para o município.

Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Artur Varandas

Só queria dar aqui a sua opinião sobre esta questão, porque foi, desde o primeiro momento, crítico e manifestou a sua indignação por, em anos anteriores, a freguesia de Alhos Vedros, não sabe porque motivo, não solicitar o cumprimento da cláusula 10ª dos protocolos, que era atualização da taxa de inflação, que acha que é uma coisa, absolutamente, natural, e ainda mais porque, quando estavam a negociar, havia uma inflação a subir exponencialmente, e viam os preços dos bens e serviços a subir, e uma vez que as juntas de freguesia têm orçamentos e recursos financeiros parcos, naturalmente, tinham que continuar, mas exigir que, efetivamente fosse concretizado.

No primeiro ano em que foi possível solicitar esta atualização, naturalmente, que foi concretizada, e estão todos de parabéns, a Câmara e as juntas, porque com estes recursos financeiros, como os presidentes Bárbara Dias e Fabrício Pereira, disseram aqui, e bem, é possível fazer mais pelos fregueses. No seu caso são nove mil e tal euros num orçamento de 500000 euros, que é um orçamento que consideram curto, pequeno, para as necessidades da freguesia, mas com 9000 euros conseguem fazer muita coisa, e este ano são 9000 euros, para o ano não sabem como é que vai ser atualizado em termos da taxa de inflação.

Mas, isto é para cumprir, porque os trabalhos são efetuados, no cumprimento das suas obrigações contratuais dos protocolos e, naturalmente, que também têm, em termos de reciprocidade, direito a receber os recursos e as atualizações mencionadas nos protocolos, que é o superior interesse público dos habitantes das suas freguesias que está a ser salvaguardado, portanto, é para continuar e acha que estão todos de parabéns em cumprir, porque é cumprir, o que está estabelecido e o que está contra atualizado.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Há bocado referiu, exatamente, a dificuldade de poderem avaliar o cumprimento dos protocolos, até pela falta de informação que esta Assembleia. Regozija-se por saber que as assembleias de freguesia têm essa informação, a verdade é que a Assembleia Municipal não a tem. Já pediram, e reitera, exatamente, esse pedido. É muito difícil analisar e discutir aquilo que não se tem a informação devida e a informação completa.

No entanto, há aspetos que podem, desde já, aqui lembrar, não é rebater, mas apenas por isso, principalmente, lembrar que a inflação nos últimos dois anos, tem sido uma inflação histórica. Há muitos anos que a inflação não era tão elevada como a que se verificou recentemente, e leva-os até a anos anteriores em que a taxa de inflação foi, praticamente, zero, ou seja, os preços mantiveram-se e houve estabilidade, houve estabilidade. E, já agora, diga-se de passagem, no tempo do governo da

geringonça, essa estabilidade foi conseguida, quando foi a maioria absoluta do Partido Socialista, foi o descalabro, mas enquanto houve geringonça a estabilidade existiu, contrariamente àquilo que alguns diziam, nomeadamente, a direita, que até apelidou de geringonça, porque não acreditava que isso fosse possível.

Mas, também dizer aqui, que a Lei das Finanças Locais não é cumprida, não tem sido cumprida, e isto retira, aos municípios, quer também o fundo de equilíbrio financeiro para as freguesias, que também não é cumprido na sua íntegra, retira muitos, muitos milhares de euros às freguesias e aos municípios.

Dizer também, que se fala aqui de uma atualização de 4,37%, mas era importante conhecer os tais relatórios, saber, exatamente, onde é que o dinheiro está gasto, porque, por exemplo, os materiais de construção não aumentaram 4,37%. Regozijam-se nesta saudação com esta grande atualização, mas os materiais de construção tiveram uma inflação de 20%, 30%. É importante saber o peso que esses gastos, desse investimento em materiais de construção, têm na atividade das juntas de freguesia, e tem muito, sabe que tem muito, nos trabalhos que cumpre, portanto, estes 4,37% não chega a isso.

Por outro lado, também o aumento dos combustíveis, e que, praticamente, já não é um aumento, porque há alturas em que aumenta todos os dias, e isso não tem um impacto muito grande no trabalho e nas finanças das freguesias? Pensa que também deveriam colocar, em honestidade, esta questão porque, volta a dizer, gostavam muito de ter uma análise criteriosa dos gastos para poderem até não cometer injustiça nenhuma, mas estas questões que está aqui a referir são por demais evidentes, e não foram aqui referidas. E gostava e queria, exatamente, pedir a palavra para que fique aqui claro, para quem os ouve, para quem os escuta, que estes 4,37%, parecendo muito, não é nada muito, é pouco, é pouquíssimo, até para a estrutura de gastos que as juntas de freguesia têm.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a **saudação** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com vinte votos a favor, sendo quinze do PS, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes; nove abstenções da CDU.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS

“Votei favoravelmente porque, independentemente, de tudo o que ouvimos à posterior, a única vez que tivemos conhecimentos dos apoios foi agora portanto, só podia votar a favor.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi ao Grupo Municipal da CDU para proceder à apresentação do documento 2.6.

Deputada Ana Cristina Ribeiro do Grupo Municipal da CDU

“Saudação

8 de Março: Dia Internacional da Mulher

O Dia Internacional da Mulher é uma data que está ligada à luta das mulheres pelos seus direitos. Em Portugal, durante os 48 anos de fascismo, as lutas das mulheres pela liberdade, pela democracia e pela paz, foram constantes. Com a Revolução de Abril de 1974 as mulheres viram consagradas na lei muitas das suas reivindicações.

Comemorar o Dia Internacional da Mulher, no ano em que se comemora o 50º aniversário do 25 de Abril, reveste-se, assim, de dupla relevância.

Importa lembrar que antes do 25 de Abril, os direitos eram diminutos para a esmagadora maioria da população, mas para as mulheres eram inexistentes. O trabalho fora de casa (*remunerado*) era entendido como uma ameaça ao modelo familiar vigente. A independência económica das mulheres era considerada uma ameaça à continuidade da sua subalternidade perante a sociedade e perante a

família. O papel da mulher resumia-se a procriar e a respeitar a autoridade máxima exercida pelos homens.

Após a revolução do 25 de Abril de 1974, abriram-se as portas para as mulheres portuguesas conquistarem um lugar digno na sociedade, em igualdade de direitos com o homem, e não numa mera posição subalterna.

As medidas revolucionárias na área do trabalho, da segurança social, do direito da família, a criação de equipamentos sociais (creches, jardins de infância,...) e de infraestruturas básicas (rede de água, esgotos, electricidade), o alargamento e o reforço dos serviços públicos, tiveram repercussões imediatas nas suas vidas.

Mas... passados que são estes 50 anos (*em que, sem dúvida, muito foi feito*) o que está consagrado no Princípio da Igualdade (Artigo 13º) da Constituição da República Portuguesa, ainda está por cumprir em muitos níveis.

Como é do conhecimento geral, em Portugal, as mulheres ainda ganham menos que os homens, ocupam em menor percentagem lugares de chefia, continuam a ser prejudicadas nos seus locais de trabalho quando decidem ser mães, são as principais vítimas de violência doméstica e de abusos sexuais, entre outras formas de discriminação.

Por isso continua a ser tão importante comemorar o Dia Internacional da Mulher - uma data que relembra e incentiva mulheres (e homens) na luta pela igualdade no trabalho e na vida, cuja concretização é não só condição de progresso para as comunidades onde vivem, estudam e trabalham, como para a justiça e progresso do nosso País.

A Assembleia Municipal da Moita, na sua reunião ordinária de 23 de fevereiro de 2024, saúda todas as Mulheres do País, em geral, e particularmente as Mulheres do Concelho – as trabalhadoras da autarquia, as mulheres eleitas nos diversos órgãos autárquicos, as que militam nas diferentes expressões do movimento associativo e popular e em diversas organizações que intervêm na área da igualdade, as cidadãs em geral – apelando a que se associem as diferentes iniciativas de comemoração do Dia Internacional da Mulher.

A Assembleia Municipal da Moita saúda também todas as Mulheres do Mundo, principalmente as que vivem ou tentam sobreviver nas regiões que estão em guerra. Verdadeiras heroínas sem rosto nem nome, são estas mulheres que, ao mesmo tempo que são maltratadas, feridas, violadas, ... tentam proteger e matar a fome e a sede aos seus filhos. Que o Dia Internacional da Mulher seja também um dia de luta pela Paz no Mundo.

Para terminar a saudação, um poema de Maria Teresa Horta:

Mulheres de Abril

Somos

mãos unidas

juntas formamos

fileiras

decididas

ninguém calará

a nossa

voz

A ser aprovada, esta Saudação deve ser remetida à Câmara Municipal da Moita, Juntas e Assembleias de freguesia do concelho da Moita, à CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, à Comissão para Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-In; ao Movimento Democrático de Mulheres, ao movimento associativo do concelho e às instituições que integram a Rede Social do concelho.

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal da Moita

Moita, 23 de fevereiro de 2024”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Deputada Teresa Lésico João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Só para lembrar uma questão que faz todo o sentido ser lembrada, na proximidade a que estão do 8 de março, porque ao falarem do 8 de março, não podem só “olhar para o nosso umbigo”, mas também fazer uma avaliação do que vai pelo mundo, dar um grito de indignação e um grande abraço de solidariedade, que faz falta neste momento. Indignação, porque as duas guerras que, neste momento, estão ativas, porque há mais guerras sem ser a Ucrânia e sem ser a Faixa de Gaza, Israel ou Palestina, e dizerem indignação, porque as mulheres e crianças são as principais vítimas destas guerras absurdas, em que o Homem deixou de conversar uns com os outros, e a única palavra que conhecem é as armas.

Depois, dizer também, que na Faixa de Gaza, as vítimas palestinianas são 39000 vítimas, na sua maioria mulheres e crianças, não só mortas pela guerra, pelas armas, mas também pela violência que se vive demasiado e que os indigna, a violência contra as mulheres. Portanto, e ainda agora se absteram na moção a lamentar a morte de um outro ser humano, mas também, sobretudo, dizer que a violência sexual na Ucrânia, e também a violência contra as mulheres palestinianas, tem que merecer também a condenação e a indignação de todos.

Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Bárbara Dias

Só queria adicionar que a saudação seja também enviada à Comissão das Mulheres da UGT, porque não está contemplada, bem como, não tendo propriamente a ver com a igualdade de género, para o Gabinete de Combate à Violência Doméstica, numa perspetiva também de valorização da Mulher.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Após a devida anuência manifestada pelos proponentes, que acrescentaram ainda o seu envio à UGAR, e por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a **saudação** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta votos a favor, sendo quinze do PS, nove da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal da CDU para proceder à apresentação do documento 2.7.

Deputada Teresa Lésico do Grupo Municipal da CDU

“Saudação ao XV Congresso CGTP

A Assembleia Municipal da Moita reunida a 23 de fevereiro de 2024 saúda a realização do XV Congresso da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN), o seu grande coletivo, os seus órgãos de direção, os milhares de dirigentes, as dezenas de milhares de delegados sindicais e ativistas e através deles todos os trabalhadores e a força da sua luta por condições dignas de trabalho.

A CGTP-IN, construção dos trabalhadores portugueses, continuadora das melhores tradições do movimento operário, formada nos tempos de resistência ao fascismo, com um papel essencial na Revolução de Abril e na defesa das suas conquistas, constitui um projeto sindical único, unitário, de classe, democrático, independente, de massas e solidário.

A CGTP-IN assume-se como a mais firme e consequente estrutura de defesa dos interesses, direitos e aspirações dos trabalhadores portugueses, na defesa de melhores salários, horários dignos, de melhores condições de trabalho, de luta contra a precariedade e em defesa da contratação coletiva, na exigência da revogação das normas gravosas da legislação laboral, no combate à exploração e assumindo um posicionamento construtivo para implementação efectiva de uma democracia política, económica, social e cultural, afirmando assim os valores de Abril.

A Assembleia Municipal da Moita saúda os trabalhadores que ao longo de mais de meio século assumiram responsabilidades e aqueles que agora as assumem, num processo de contínua renovação, em que gerações de dirigentes e ativistas se sucedem, prosseguindo e dinamizando o trabalho para a unidade, organização e luta dos trabalhadores.

Viva o XV Congresso da CGTP

Nota: Após aprovação esta moção deve ser enviada à CGTP e divulgada na comunicação social.

Moita, 23 de fevereiro de 2024”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

Vai-se abster nesta saudação, pois denota, à falta de melhor palavra, uma apropriação do trabalho feito pela Intersindical, concordando, ainda assim, com o seu conteúdo, porque pensa que todas as plataformas sindicais têm a mesma importância na luta pelos seus associados. Por exemplo, decorreu também nos dias 18 e 19 de janeiro, o 13º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, não verificando qualquer saudação a esse mesmo Congresso, e assim saúda, sim, todas as plataformas sindicais, já que todas têm a mesma importância.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Só para esclarecer que a Federação referida pelo senhor Deputado Bruno Mendes faz parte da CGTP, que está hoje em Congresso, e estão a saudar todos os sindicatos que fazem parte da CGTP. Naturalmente, esta saudação acontece hoje, porque o Congresso está a decorrer hoje e não noutra altura qualquer.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a **saudação** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com onze votos a favor, sendo nove da CDU, dois do BE; dezanove abstenções, sendo quinze do PS, uma do PSD, uma do CDS, uma do Independente Bruno Mendes, uma da Independente Ana Pereira.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, deu por concluído o Período Anterior à Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Solicitou a validação do plenário, para que seja alterada a sequência natural de apreciação, discussão e votação dos pontos constantes deste período, a pedido da Câmara Municipal, por ser necessário para o seu desenvolvimento, e que seja de imediato apreciado e votado o ponto 3.6 – 1ª Revisão ao orçamento Plurianual e Grandes Opções do Plano, seguido depois os restantes pontos pela sua ordem, tendo obtido a aprovação do plenário.

3.6 - 1ª Revisão ao orçamento Plurianual e Grandes Opções do Plano

A proposta infra foi aprovada por maioria, com três votos a favor do PS, três votos contra da CDU, uma abstenção do Vereador Independente, e com o voto de qualidade do Presidente, em reunião da Câmara Municipal realizada em 14/02/2024:

«De acordo com o artigo 77.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2024, o saldo da gerência da execução orçamental pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, após a aprovação do mapa "Demonstração do desempenho orçamental".

Para que a decisão do órgão deliberativo seja devidamente informada e contextualizada, o pedido de integração do saldo da gerência de 2023 é instruído, para além do mapa "Demonstração do desempenho orçamental" aprovado, com o mapa de demonstração dos fluxos de caixa, a informação da execução das Grandes Opções do Plano (individualizada a execução do Plano Plurianual de Investimentos), informação dos compromissos transitados, informação da execução das Grandes Opções do Plano (individualizada a execução do Plano Plurianual de Investimentos) e informação da execução orçamental da receita e da despesa (todos em anexo).

Desta forma, considerando que o saldo apurado da gerência de 2023, é de € 8.221.852,26 (oito milhões duzentos e vinte e um mil oitocentos e cinquenta e dois euros e vinte e seis cêntimos), sendo € 6.233.921,84 (seis milhões duzentos e trinta e três mil novecentos e vinte e um euros e oitenta e quatro cêntimos) respeitantes a execução orçamental e € 1.987.930,42 (um milhão novecentos e oitenta e sete mil novecentos e trinta euros e quarenta e dois cêntimos) respeitantes a operações de tesouraria, e que o mapa "Demonstração do desempenho orçamental", está aprovado nos termos referidos anteriormente, propõe-se a revisão ao Orçamento Plurianual e Grandes opções do Plano conforme mapas que se anexam e posterior envio para a Assembleia Municipal para aprovação.

Anexo:

- 1ª Revisão Orçamento Receita 2024
- 1ª Revisão Orçamento Despesa 2024
- 1ª Revisão GOP 2024
- Desempenho orçamental 2023
- Demonstração dos fluxos de caixa 2023
- Execução GOP 2023
- Execução PPI 2023
- Execução Orçamental Receita 2023
- Execução Orçamental Despesa 2023
- Compromissos transitados 2023»

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Com esta revisão do orçamento, a Câmara Municipal da Moita perspetiva integrar o saldo do ano anterior, visando reforçar algumas das rubricas que considera essenciais e fundamentais ser reforçadas, para cumprimento daquela que é a sua missão, no melhor servir aquela que é a população do concelho da Moita.

Dar nota que, com o incremento destas verbas que agora aqui apresentam, vão poder avançar rapidamente alguns dos projetos que preconizaram para o concelho, requalificações que têm pensadas, nomeadamente, em Alhos Vedros, e também na Baixa da Banheira, que constam, neste caso, das GOP, e daquilo que foi apresentado no início do ano.

Existe também um reforço substancial na massa salarial dos seus trabalhadores, que corresponde também à atualização de carreiras que são feitas, e bem, e também já a prever as alterações legislativas, com o pagamento a 100% do vencimento do trabalhador a partir das 100 horas de trabalho extraordinário, e tudo isso fez com que fosse necessário também aumentar essa rubrica.

Disto isto, fica ao dispor para qualquer esclarecimento necessário, e acredita que todos tenham tido acesso e lido o documento.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Só uma nota prévia, mais à Mesa do que à Câmara, mas para fazer chegar a informação à Câmara, porque a rede Wi-Fi aqui da biblioteca não lhes dá acesso ao site da Câmara Municipal da Moita, e, conseqüentemente, à Área Reservada, pelo que não consegue entrar e abrir os documentos, e esperava conseguir abri-los, em todo o caso, a análise que fizeram aos documentos permite-lhe que consiga fazer uma intervenção e sem grandes problemas de a explicar.

Primeiro, a incorporação do saldo transitado é algo que é natural numa gestão de qualquer entidade, é algo que decorre, e decorre da lei e decorre da própria gestão, o que já não é normal é um saldo transitado com um volume tão elevado, cerca de oito milhões, se não se engano, e isso decorre mesmo da falta de execução deste município, portanto, a falta de execução dos trabalhos que estão previstos nas grandes opções do plano e no plano de atividades anual, e, também acresce dizer que este é um é um plano de atividades com o qual não concordam, não concordaram, portanto, não vão votar a favor.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Dizer que, entretanto, os serviços confirmaram que há, realmente, alguma dificuldade em aceder à Área Reservada, mas a Mesa tem uma coleção de documentos que pode facultar.

Em seguida, perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos às questões colocadas.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Só para clarificar aqui uma observação que foi feita, porque acha que é importa clarificar, para que não suscite qualquer dúvida, dizer que o orçamento da Câmara Municipal tem vindo a aumentar, de ano para ano, desde que tomaram posse, começaram com 35, depois 55, e agora estamos mais de setenta milhões de euros de orçamento, no entanto, o valor que transita é, ainda assim, inferior àquele que transitou em outros anos. E, alguns valores que estão aqui a transitar devem-se a obras que estavam em curso, obras que estavam a ser lançadas, cujas verbas, por motivo de não estarem concluídas, estão aqui a transitar, e é por esse motivo que esta verba não foi executada, porque, se tivessem as obras decorrido como gostariam, certamente, estes valores seriam muito inferiores.

Não obstante, as obras estão em curso e, ainda assim, aquelas que, por algum motivo tenham algum desvio, rapidamente atuarão no sentido de voltarem a ter o percurso que todos desejam, porque uma câmara, como é óbvio, o que pretende é executar o orçamento na sua plenitude, tanto quanto assim lhe for possível.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção, submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com dezassete votos a favor, sendo quinze do PS, dois do BE; quatro abstenções, sendo uma do PSD, uma do CDS, uma do Independente Bruno Mendes, uma da Independente Ana Pereira; nove votos contra da CDU.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

3.1 - Apreciação do pedido de suspensão de mandato, por um período de 365 dias, apresentado por Rodrigo Fernando Mendonça Pedro (n.ºs 1 e 2 do art. 7.º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita)

Em conformidade com o n.º2 do artigo 7.º do Regimento, qualquer pedido de suspensão, devidamente fundamentado, deve ser dirigido ao Presidente e apreciado pela Assembleia.

Não tendo sido manifestado qualquer pedido de intervenção, considerou-se formalmente aceite o pedido de suspensão por todos os membros.

3.2 - Apreciação do pedido de renúncia de mandato, apresentado por Sabine Vivianne Büchel (n.ºs 1 e 2 do art. 8.º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita)

Em conformidade com o n.º2 do artigo 8.º do Regimento, a renúncia torna-se efetiva desde a data da sua apresentação ao Presidente, a qual deverá constar na ata da sessão seguinte.

Não tendo sido manifestado qualquer pedido de intervenção, considerou-se formalmente aceite o pedido de renúncia por todos os membros.

3.3 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Moita – Ratificação nominal de representante

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Informou que a cidadã Patrícia Carreira, que é a atual representante, na CPCJ, indicada pelo Partido Socialista, de acordo com as regras que esta Assembleia determinou quanto aos representantes neste organismo, e que terminou o seu atual mandato na CPCJ.

Solicitado ao Grupo Municipal do Partido Socialista indicação quanto à eventual renovação do mandato, veio este assinalar que pretendia a renovação do mandato da cidadã Patrícia Carreira na CPCJ, pela segunda e última vez, e é isso que aqui se propõe.

Em seguida, submeteu a ratificação nominal da representante proposta pelo Grupo Municipal do PS a votação por escrutínio secreto.

Submetida a **proposta** a votação por meio de escrutínio secreto, foi a mesma aprovada por **maioria**, com vinte e oito votos a favor, um voto contra e um voto em branco.

3.4 - Regulamento de Atribuição de Apoios Económicos/Subsídios Eventuais em situações de comprovada carência económica e situações de emergência social do Município da Moita

A proposta infra foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor do PS e quatro abstenções da CDU, na reunião da Câmara Municipal realizada em 10/01/2024:

“A Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

A transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social, prevista no artigo 12.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto foi concretizada pelo Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, no âmbito do qual constitui-se como competência dos órgãos municipais um conjunto de competências específicas, em matérias como o serviço de atendimento e de acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e

exclusão social, elaboração de relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica e de risco social e a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção.

A Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, que regula o disposto nas alíneas a) e e) do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, nomeadamente os termos de operacionalização da transferência de competências, em matéria de serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, para as câmaras municipais, enquadra o SAAS como uma resposta de elevada importância para uma proteção especial aos grupos mais vulneráveis.

A Portaria n.º 63/2021, de 17 de março veio assim introduzir alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, que regulamenta as condições de organização e de funcionamento do serviço de atendimento e acompanhamento social, bem como as suas atividades.

De acordo com o n.º 1, do artigo 6.º da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, o SAAS consiste num atendimento de primeira linha que responde eficazmente às situações de crise e ou de emergência sociais, bem como num acompanhamento social destinado a assegurar o apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais.

De acordo com a alínea e), do n.º 2 do mesmo artigo, assume-se como uma das atividades do SAAS a atribuição de prestações de caráter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica, tomando como referencial o previsto no Decreto-Lei n.º 120/2018, de 27 de dezembro, no respeito pela autonomia do poder local.

A atuação das autarquias locais no domínio da ação social tem desempenhado um papel decisivo na intervenção em situações de vulnerabilidade e exclusão social em que se encontram pessoas e famílias, constituindo, na expressão do preâmbulo da Portaria n.º 63/2021, de 17 de março “(...) no domínio da ação social, e nomeadamente ao nível do atendimento e acompanhamento sociais, um importante vetor no combate à exclusão social, mas também de coesão populacional e territorial, permitindo criar sinergias entre os recursos e as competências existentes na comunidade e integrando perspetivas inovadoras relativamente à descentralização da intervenção social, baseada na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.”

Neste contexto, a atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica e de risco social, assume especial importância, por constituir uma resposta social para a proteção de pessoas e famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade social e de carência económica, permitindo fazer face a despesas essenciais, e promovendo a capacitação dos indivíduos ou agregados familiares com vista à sua autonomização, contribuindo de forma articulada com as entidades e instituições que trabalham na área da ação social, para a promoção da qualidade de vida e da igualdade de oportunidades.

Importou, pois, proceder à elaboração de um Regulamento de Atribuição de Apoios Económicos/Subsídios Eventuais em Situações de Comprovada Carência Económica e Situações de Emergência Social do Município da Moita, de forma a regulamentar e operacionalizar o previsto na alínea e) do n.º 1 do artigo 3.º e no n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e de acordo com as disposições constantes da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, mais concretamente os termos em que se processa a atribuição das prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica e de risco social, no âmbito da transferência de competências para o Município da Moita em matéria de ação social.

Assim, deliberou a Câmara Municipal, em reunião ordinária de 8 de fevereiro de 2023, desencadear o procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento de Atribuição de Apoios Económicos/Subsídios Eventuais em Situações de Comprovada Carência Económica e Situações de Emergência Social do Município da Moita, com publicitação do início do procedimento, em 13 de fevereiro de 2023, na Internet, no sítio institucional do Município da Moita e em Edital, indicando a forma como se podia processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do projeto de Regulamento, nos termos do n.º 1, do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

O prazo para constituição de interessados e apresentação de contributos para a elaboração do projeto de Regulamento decorreu de 14 de fevereiro de 2023 a 27 de fevereiro de 2023, sem que se tenham constituído quaisquer interessados ou apresentados contributos.

Em cumprimento da citada deliberação procedeu-se à elaboração do projeto de Regulamento de Atribuição de Apoios Económicos/Subsídios Eventuais em Situações de Comprovada Carência Económica e Situações de Emergência Social do Município da Moita.

Em reunião ordinária, de 27 de março de 2023, a Câmara Municipal da Moita deliberou submeter a consulta pública para recolha de sugestões, o projeto de Regulamento de Atribuição de Apoios Económicos/Subsídios Eventuais em Situações de Comprovada Carência Económica e Situações de Emergência Social do Município da Moita, pelo prazo de 30 dias úteis antes de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal da Moita.

O período de consulta pública decorreu de 24 de maio de 2023 a 4 de julho de 2023, tendo terminado sem que fossem apresentadas quaisquer sugestões.

Face ao exposto, chegou-se à redação do Regulamento de Atribuição de Apoios Económicos/Subsídios Eventuais em Situações de Comprovada Carência Económica e Situações de Emergência Social do Município da Moita que se anexa à presente proposta e que dela faz parte integrante para todos os efeitos legais.

Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal da Moita delibere:

Ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter o Regulamento de Atribuição de Apoios Económicos/Subsídios Eventuais em Situações de Comprovada Carência Económica e Situações de Emergência Social do Município da Moita, anexo à presente proposta, à Assembleia Municipal da Moita, para efeitos de aprovação, nos termos dos artigos 112.º, n.º 7 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, da alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º, da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do artigo 32.º e das alíneas k) e v) do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, do artigo 6.º, n.º 2, alínea e) da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua redação atual, do artigo 3.º, n.º 1, alíneas a) e e) do n.º 1, e artigo 10.º, n.ºs 1 e 3, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto na sua atual redação, bem como o Decreto-Lei n.º 120/2018, de 27 de dezembro, a Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, e o Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, todos na sua redação atual, e dos artigos 96.º a 101.º e 135.º a 142.º do Código do Procedimento Administrativo.

Em anexo: Projeto de Regulamento de Atribuição de Apoios Económicos/Subsídios Eventuais em Situações de Comprovada Carência Económica e Situações de Emergência Social do Município da Moita.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Face à ausência momentânea do Vereador António Carlos Pereira, e estando em condições de o fazer, vai fazer a apresentação da proposta.

Este Regulamento de Atribuição de Apoios Económicos/Subsídios Eventuais em Situações de Comprovada Carência Económica e Situações de Emergência Social do Município da Moita, radica numa necessidade que advém da descentralização de competências da Segurança Social no município, e é disso que se trata. Passando essa competência, passa a ser necessário também fazer a regulamentação da atribuição desses mesmos apoios, e como diz aqui o regulamento, é para situações eventuais, para pessoas que, por algum motivo, em algum momento, viram o seu orçamento familiar desequilibrado de forma profunda, que já têm algumas carências económicas e são acompanhadas.

Nestas situações, já no passado, a Segurança Social tinha uma verba de adstrita para dar esse apoio, fosse para pagar uma renda, para pagar eletricidade, para pagar uma conta mais elevada do gás, permitindo a essas famílias manter então esse equilíbrio orçamental, famílias essas já identificadas como carenciadas, como tendo dificuldades, que já estivessem ser acompanhadas, e que peçam, efetivamente, essa ajuda, e é disso que se trata esta proposta que deixa à consideração da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

Deputada Mónica Ribeiro do Grupo Municipal da CDU

Queria deixar aqui a posição da CDU, que pode também ser considerada como declaração de voto, que a CDU, naturalmente, não concorda, e nunca concordou, com esta transferência de competências, porque do seu ponto de vista, deveriam manter-se no Estado central, porque aí sim era garantida a

igualdade entre os cidadãos de todo o país, mas, naturalmente, desde que estas transferências sejam acompanhadas das devidas transferências de verbas. Também não querem limitar, nem querem impedir que, famílias ou cidadãos carenciados, não recebam os auxílios que tanto necessitam, por isso, vão abster-se nesta proposta.

Deputado Elvis Freitas do Grupo Municipal do PSD

A sua questão é muito simples e direta, que é, uma vez aprovada esta proposta, que deverá ser, quanto tempo mediará até ser levada à prática.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos às questões colocadas.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Uma vez que o Vereador António Carlos Pereira já se encontra novamente presente, se o senhor Presidente permitir, passaria a palavra para responder a esta questão.

Vereador da Câmara Municipal, António Carlos Pereira

Relativamente a esta prestação, a este regulamento e esta área de competência que foi transferida e delegada para o município a partir de 03/04/2023, esta competência neste domínio da ação social que o município da Moita passou a ter, este trabalho nesta área que é uma área muito específica, que tem a ver com os apoios e os subsídios de caráter eventual na situação de ação social, apoio muito específicos na situação de emergência, de crise, para as famílias mais carenciadas, e para aquilo que é a avaliação técnica por parte das equipas com quem o município protocolou este serviço de atendimento e acompanhamento social integrado. Portanto, estas três entidades fazem este trabalho, este atendimento e este acompanhamento social, seja no âmbito da medida de Rendimento Social de Inserção, seja em ação social, propriamente, naquilo que são os apoios e estes subsídios de caráter eventual.

Desde dia 3 de abril começaram logo com as equipas protocoladas, e que foi mais uma solução que encontraram, protocolar também com elas próprias a atribuição destes apoios, por via destas equipas, desse acompanhamento e dessa avaliação técnica e, obviamente, com as responsabilidades do município, mesmo passando e delegando esta competência, protocolando para estas equipas de acompanhamento, têm sempre aqui a figura da coordenadora de NLI, um elemento técnico do município que faz esta avaliação e essa apreciação, em sede do Núcleo Local de Inserção.

Nestes apoios e nestas propostas que são feitas, há um circuito, há um procedimento, em que as propostas são apresentadas, são avaliadas e deferidas pela coordenadora de NLI, enquanto coordenadora do Gabinete de Intervenção Social, Saúde e Habitação.

Portanto, há aqui a atribuição desses apoios, já em 2023, os apoios foram atribuídos, e, no final do ano, até apresentaram uma proposta de majoração dos subsídios para este fim, em termos daquilo que são as necessidades que são identificadas nos atendimentos e há diferentes necessidades. Esta solução deste apoio pecuniário, deste apoio de caráter eventual, e muito pontual, para diferentes necessidades, já em 2023, estavam protocolados, tinham ido à reunião de Câmara, tinham vindo à Assembleia Municipal, e tinham sido, por essa via, pelas entidades, feitos estes apoios.

Nos novos protocolos que foram celebrados, a partir de um de janeiro deste ano, houve aqui um entendimento, uma negociação, com as próprias entidades e com o município, para estes apoios de caráter eventual passarem ser geridos pelo município, num circuito que não prejudica, porque não deixa de haver apoio para quem mais necessita, e a avaliação continua a ser feita pelos gestores de processo, os seus técnicos de acompanhamento, e cada família tem um processo que é acompanhado, há um registo, há uma apreciação técnica, há uma proposta e continua a haver um circuito, mas com esta questão, de o regulamento também permitir, neste momento, ao próprio município, assumir já para si esta gestão, que para as instituições acabaria por ser verba da transferência de competências, cujo valor é definido em orçamento de Estado para diferentes áreas, e esta é uma delas, estes subsídios de caráter eventual, um valor que é um valor anual, gerido de acordo com aquilo que é esse montante, mas, sobretudo, pelas necessidades e dando resposta.

Relativamente a este ano, com esta nova modalidade, não é para quando, é já desde um de janeiro, mantendo e dando continuidade àquilo que já tinha sido os apoios do ano anterior, e que com esta alteração, passa a ser o município, em 2024, a fazer a atribuição do apoio, obviamente, com a avaliação técnica por parte das três equipas protocoladas, portanto, a equipa por gestores de zona, as

associações locais, e estão a falar de três associações locais que têm estes protocolos, e os gestores de zona, seja enquanto medida de Rendimento Social de Inserção, seja em ação social, fazem esta apreciação, colocam para decisão e a decisão, se for deferida, é do apoio, e é desta forma que passa a ser ativada esta proteção, neste fim e para estas pessoas que mais necessitam.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção, submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com vinte e um votos a favor, sendo quinze do PS, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira; nove abstenções da CDU.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de Voto do Grupo Municipal do PS proferida pelo Deputado Pedro Mateus

“O Grupo do Partido Socialista à Assembleia Municipal da Moita vem, nos termos e para os efeitos previstos no nº 1 do artigo 41º do Regulamento da Assembleia Municipal, fazer constar da ata ordinária da Assembleia Municipal do dia 23 de fevereiro de 2024, a sua declaração de voto referente à proposta nº05/2024, fundamentando a nos termos a seguir apresentados.

A bancada do Partido Socialista votou favoravelmente as propostas, considerando a importância da descentralização com base para a mudança do Estado, esta vem dar primazia à importância da proximidade dos cidadãos, mas também salvaguardar a autonomia do poder local e a coesão territorial, garantindo o acesso, bem como a igualdade do serviço público.

A natureza da descentralização não pretende o afastamento do Estado do seu papel, constitucionalmente consagrado, mas sim, que se desenvolvam mecanismos de cooperação conjunta entre a administração central e local, nomeadamente, no que que concerne ao planeamento e licenciamento, inerentes às políticas públicas.

A bancada do Partido Socialista, realça a importância da descentralização ao nível da ação social, pois respeita critérios de racionalidade e de boa gestão, ao transferir as competências para órgãos mais próximos dos cidadãos, e mais conhecedores das pessoas e dos seus problemas, reais e concretos, razão pela qual os eleitos municipais socialistas concordam e votaram no sentido da aprovação da proposta.”

3.5 - Protocolo de geminação com o Município de Freixo de Espada à Cinta

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, com quatro votos do PS, quatro votos da CDU, um do Vereador Independente, na reunião da Câmara Municipal realizada em 14/02/2024:

“O Município da Moita dispõe de atribuições em diversos domínios, conforme a previsão do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente no respeitante ao domínio da cooperação externa.

Considerando que o Município da Moita e o Município de Freixo de Espada à Cinta têm desenvolvido uma relação de cooperação institucional, designadamente ao nível da promoção da prática desportiva, referindo-se como exemplo as ações desenvolvidas no âmbito da modalidade da pelota. Considerando a vontade existente em estreitar os laços de amizade, solidariedade e fraternidade entre as populações do Município de Freixo de Espada à Cinta e do Município da Moita, tal como o desejo de aprofundar, revitalizar e ampliar esse relacionamento, incentivando formas de colaboração nos mais diversos domínios de interesse comum.

Considerando que os acordos de cooperação desempenham um papel fundamental no desenvolvimento local, permitindo que as vilas e cidades se tornem abertas à diversidade e ao

intercâmbio cultural e social, desenvolvendo importantes ações de aproximação entre os cidadãos e as instituições.

Face ao exposto, ao abrigo dos artigos na alínea p) do n.º 2 do art. 23.º, alíneas aaa) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea t) do n.º 1 do artigo 25.º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere favoravelmente:

- a) Aprovar a celebração de protocolo de geminação com o Município da Moita, nos termos da minuta se anexa, e que é parte integrante da proposta, e submeter à Assembleia Municipal para efeitos de autorização;

Anexo: Minuta de Protocolo de geminação entre o Município de Freixo de Espada à Cinta e o Município da Moita”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Normalmente, quando duas autarquias começam a trabalhar e a estabelecer laços de cooperação entre si, muitas das vezes, é natural avançarem para protocolos de geminação, se ainda assim continuarem a identificar entre si pontos e mais-valias que façam sentido esses mesmos protocolos. O município de Freixo de Espada à Cinta tem um conjunto de atividades, seja no turismo, seja também no que diz respeito ao desporto, que entronca, em parte, com aquilo que acontece no município da Moita, e lembrar que, em breve, terão o Campeonato Europeu de Pelota Basca, onde irão um conjunto de atletas do concelho da Moita, e que, desde já, deseja todo o sucesso para a equipa do concelho, e espera que isto não lhes traga conflitos institucionais com a Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, mas espero que os atletas do concelho da Moita se consagrem vencedores nessa prova.

Mas, acima de tudo, aquilo que aqui queria deixar, e a mensagem que acha que é importante deixar, é que é da partilha do conhecimento e da entre ajuda entre as autarquias, que depois pode resultar uma melhor prestação de serviços para os seus munícipes, e ainda que não haja qualquer parceria formalizada, muitos já foram os contributos e a partilha de informação entre estas duas autarquias, que têm vindo a fazer o seu caminho, e aqui e ali, a ter alguns resultados benéficos para todos. E aqui, é importante, face ao exposto, dar substância e corpo a estas relações, de afeto, de partilha, de entreajuda, que já existe entre os dois municípios, através deste protocolo de geminação com este município.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Como é natural, apoiam sempre estes processos em que há partilha de experiências entre diversas localidades, com ou sem protocolos de geminação, e atendendo ao protocolo que aqui é apresentado, até gostariam que houvesse mais alguma definição, porque o protocolo, e acredito que seja dada a experiência, que ainda é relativamente recente, apesar de haver alguma colaboração entre os dois municípios, há aqui ainda alguma indefinição das tarefas e das trocas que podem existir entre os dois municípios, portanto, protocolo é bastante aberto, basicamente, diz que se pode fazer praticamente tudo durante o tempo que as partes quiserem, e gostavam de o ver mais aprofundado, mas não é o mais importante neste momento.

Também pediu a palavra, para recordar que há uma história no concelho da Moita, e na vila da Baixa da Banheira, em particular, com a geminação, dado que, a primeira geminação que foi feita em Portugal, foi a da Baixa da Banheira com uma cidade francesa, Ville Plaisir, e a primeira geminação que existiu entre duas localidades portuguesas, foi também da Baixa da Banheira com a cidade de Pinhel, que começou há muitos anos, com o trabalho da Associação de Moradores da Zona Norte da Baixa da Banheira e com a Junta de Freguesia da Baixa da Banheira, que ofereceram um parque infantil à cidade de Pinhel, portanto, reveem-se neste tipo de processos, neste tipo de partilhas de experiências entre municípios, e desejam a maior sorte possível e que possa a Câmara promover mais partilhas de

experiências com outros municípios, com ou sem geminação, porque a geminação têm o seu interesse, mas não se podem limitar a isso.

Por não ter mais pedidos de intervenção, submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta votos a favor, sendo quinze do PS, nove da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

3.7 - Concurso Público sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para “concessão da implementação da rede de equipamentos de recolha de têxteis no concelho da Moita”

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, na reunião da Câmara Municipal realizada em 14/02/2024:

“- Abertura de Procedimento

- Decisão de contratar
- Decisão de escolha do procedimento de formação do contrato
- Aprovação das peças do procedimento
- Designação do júri do procedimento e delegação de competências
- Preço base

O consumo de têxteis na União Europeia (adiante designada UE) é o fator que tem o quarto maior impacto no ambiente e nas alterações climáticas, a seguir aos alimentos, à habitação e à mobilidade. Além disso, é o terceiro em termos de utilização dos recursos hídricos e dos solos e o quinto em termos de utilização de matérias-primas primárias e de emissões de gases com efeito de estufa (APA, 2023) ¹.

De forma a prevenir e combater a produção de resíduos têxteis, a UE definiu, através das diretivas 2018/851 e 2018/850, a obrigação de os Estados-Membros implementarem um sistema de recolha seletiva de resíduos têxteis até 1 de janeiro de 2025, estabelecendo metas para a preparação para reutilização e reciclagem de 55, 60 e 65% dos resíduos urbanos (RU) até, respetivamente, 2025, 2030 e 2035 e o limite de deposição em aterro de apenas 10% dos RU produzidos. Estas diretivas foram transpostas para a ordem jurídica interna através do Decreto Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, atribuindo a responsabilidade da disponibilização de uma rede de recolha seletiva de resíduos têxteis às entidades responsáveis pelo sistema municipal ou multimunicipal de gestão de Resíduos Urbanos, até 1 de janeiro de 2025.

A recolha deste material em contentores dedicados, denominados "roupões" é o método que gera maiores quantidades de recolha, devido à acessibilidade dos locais onde estes são colocados, (...) a conveniência para os cidadãos constitui um fator importante na sua decisão de fazer uma separação e entrega de têxteis e outros bens para reutilização e reciclagem (Soares, 2022)².

A recolha nestes equipamentos é efetuada por empresa privadas que se responsabilizam pelo transporte e pela triagem dos resíduos, que de acordo com o seu grau de contaminação podem ser reutilizadas através de venda em lojas em 2.ª mão, doadas a instituições ou se o grau de contaminação não o permitir são encaminhadas para reciclagem.

¹ APA, Resíduos Têxteis, Acedido a 03/11/2023 através de <https://apambiente.pt/residuos/têxteis>

² Soares, B.M. (2022): Fatores relevantes a considerar para a implementação de uma rede de recolha Municipal de resíduos têxteis. (Tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa) Acedido a 03/11/2023 através de: https://run.unl.pt/bitstream/10362/146374/1/Soares_2022.pdf

Atualmente existem várias empresas e associações no mercado com recolha de têxteis tais como Wippytex, Ultriplo, H. Sarah Trading, Humana, Filtex, Cáritas e Recuperalia.

Durante o ano de 2022 e 2023 foram mantidos contactos com algumas entidades para a colocação de equipamentos de deposição de têxteis, calçados e brinquedos, com a possibilidade de se efetuar um protocolo com uma dessas entidades, tendo sido já elaborada a conceção da imagem a utilizar nos equipamentos e na campanha de informação e sensibilização a desenvolver. No entanto, com a existência de várias empresas e associações que realizam a operação de recolha têxteis considerou-se que o serviço deveria ser colocado à concorrência.

Assim com o objetivo principal da redução da produção de resíduos indiferenciados através do incentivo à separação da fração têxteis, potenciando, desta forma, o aumento da recolha seletiva, através de uma solução/sistema de deposição e recolha destes resíduos mais eficaz e próximo dos munícipes, e o cumprimento da meta de obrigatoriedade da recolha seletiva de resíduos têxteis a partir de 1 de janeiro de 2025, alinhado com a Estratégia Nacional de Educação Ambiental, nomeadamente com o eixo estratégico "Tornar a Economia Circular", ao promover a reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia, bem como uma maior consciencialização dos cidadãos em relação ao uso eficiente dos recursos e à adoção de comportamentos mais sustentáveis e amigos do ambiente, propõe-se a abertura de procedimento para colocação de equipamentos para deposição de têxteis, calçado e brinquedos, com respetiva recolha e encaminhamento, nomeadamente "Implementação de rede de equipamentos de recolha de têxteis no concelho da Moita".

Sendo que o Município não dispõe atualmente de recursos necessários e especializados para a instalação de contentores, bem como, para a recolha de têxteis, calçado e brinquedos com o objetivo de reutilização e reciclagem, importa desencadear um procedimento, para a implementação da rede de equipamentos e de recolha de têxteis no concelho da Moita, por concessão de serviços públicos.

A figura da concessão de serviços públicos é o contrato pelo qual o cocontratante se obriga a gerir, em nome próprio e sob sua responsabilidade, uma atividade de serviço público, durante um determinado período, nos termos dos artigos 407.º a 425.º do Código dos Contratos Públicos.

Conforme alíneas qq) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, é à Câmara Municipal que compete administrar o domínio público municipal e considerando ainda que de acordo com a alínea p), do n.º 1, do artigo 25.º, do mesmo diploma legislativo compete à Assembleia Municipal autorizar a Câmara Municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais.

Por todo o exposto, a adoção de procedimento por Concurso Público para a concessão da implementação da rede de equipamentos de recolha de têxteis no concelho da Moita, é o mais indicado para garantir os princípios da concorrência, da igualdade, da imparcialidade e da transparência, pelo que se propõe a sua abertura com vista à celebração de contrato de concessão, nos termos do n.º 2, do artigo 407.º do Código dos Contratos Públicos, de acordo com o seguinte:

1. Decisão de contratar e autorização para a realização da despesa inerente ao contrato a celebrar

O procedimento de formação do contrato com recurso a Concurso Público sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para a "concessão da implementação da rede de equipamentos de recolha de têxteis no concelho da Moita" inicia-se com a decisão de contratar, que deve ser fundamentada, cabendo ao órgão competente para autorizar a despesa decidir contratar e autorizar a realização da respetiva despesa.

- **Fundamento da decisão de contratar**

Esta concessão fundamenta-se pelo facto do Município não dispor de recursos necessários e especializados para a instalação de contentores, bem como, para a recolha de têxteis, calçado e brinquedos com o objetivo de reutilização e reciclagem.

2. Decisão de escolha do procedimento de formação do contrato

Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar proferir a decisão de escolha do procedimento e fundamentá-la.

Em cumprimento do disposto no artigo 38.º do CCP, propõe-se que seja decidido, pelo órgão competente para a decisão de contratar, escolher o procedimento de Concurso Público sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, de acordo com o estatuído na alínea c), do n.º 1, do artigo 16.º, conjugado com a alínea b) do artigo 20.º, todos do CCP, e cuja tramitação procedimental se encontra regulada nos artigos 130.º a 139.º e 146.º a 148.º do mesmo Código.

A escolha deste procedimento tem como fundamento, a obrigação legal decorrente do artigo 20.º do CCP que dispõe para celebração de contratos de valor inferior a 215.000,00 € (duzentos e quinze mil euros) que poderá ser adotado o procedimento de concurso público sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.

3. Aprovação das peças do procedimento

Nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 40.º, do CCP, as peças do procedimento Concurso Público, são o anúncio, o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos.

De acordo com o estatuído no n.º 2, do artigo 40.º, do CCP, compete ao órgão competente para a decisão de contratar aprovar as peças do procedimento, com exceção da minuta do anúncio.

Assim, propõe-se que o órgão competente para a decisão de contratar aprove as peças do procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, que se anexam à presente Proposta dela fazendo parte integrante.

4. Designar o júri do procedimento e delegar competências

Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar a designação do júri do procedimento de formação do contrato, ao qual compete conduzir o procedimento e, nomeadamente, proceder à apreciação das propostas, elaborar os relatórios de análise das propostas, proceder à audiência prévia e exercer as competências que lhe sejam delegadas pelo órgão competente para a decisão de contratar, de acordo com o disposto nos artigos 67.º a 69.º e 147.º do CCP.

Antes do início de funções, os membros do júri, devem subscrever uma declaração de inexistência de conflitos de interesses, conforme modelo previsto no anexo XIII do CCP.

Em conformidade com disposto no n.º 1, do artigo 67.º, do CCP, propõe-se que seja designado o júri do procedimento de formação do contrato, com a seguinte constituição:

Membros efetivos:

- Presidente: Cristiano Amaro - Chefe da Divisão de Resíduos e Ambiente Urbano
- 1.º Vogal: Carla Correia - Técnica Superior da Divisão de Resíduos e Ambiente Urbano
- 2.º Vogal: Maria João Henriques, Coordenadora Técnica do Gabinete de Aprovisionamento.

Membros suplentes:

- 1.º Vogal: Helena Nabais - Técnica Superior da Divisão de Resíduos e Ambiente Urbano
- 2.º Vogal: Maria da Graça Santos -Técnica Superior do Gabinete de Aprovisionamento

Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do CCP, propõe-se ainda que seja delegado no Júri do Procedimento de formação do contrato a competência para prestar, por escrito, esclarecimentos das peças do procedimento, de acordo com a alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.

5. Preço Base

Mediante o disposto no artigo 47.º do CCP, propõe-se que seja fixado o preço base mínimo, no montante 50,00 € (cinquenta euros), por tonelada de têxteis recolhidos.

Face ao exposto:

Propõe-se que o órgão competente para a decisão de contratar, a Câmara Municipal da Moita, ao abrigo do disposto nas alíneas qq) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos e com todos os fundamentos atrás invocados, delibere:

- 1, Proferir, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 36.º do CCP, a decisão de contratar;
2. Escolher, em cumprimento do disposto no artigo 38.º do CCP, o procedimento de Concurso Público sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia previsto na alínea c), do n.º 1, do artigo 16.º e na alínea b) do artigo 20.º, todos do CCP, que permite a celebração de contratos de valor inferior a 215.000,00 € (duzentos e quinze mil euros);
3. Aprovar, mediante o n.º 2 do artigo 40.º do CCP, as peças do procedimento de concurso público sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, à exceção da minuta do anúncio, o programa de procedimento e o caderno de encargos, anexos à presente Proposta dela fazendo parte integrante;
4. Designar, em conformidade com o n.º 1 do artigo 67.º do CCP, o júri do procedimento de formação do contrato, com a constituição atrás referida e delegar a competência prevista na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP;
5. Fixar, mediante o artigo 47.º do CCP, o preço base mínimo, no montante de 50,00 € (cinquenta euros), por tonelada de têxteis recolhidos, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;
6. Solicitar à Assembleia Municipal, nos termos da alínea p), do n.º 1, do Artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorização para a celebração do contrato de concessão, de acordo com os fundamentos invocados e as condições constantes das peças do procedimento.

Em anexo: Programa do Procedimento
Caderno de Encargos”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Relativamente a esta proposta que aqui trazem, da concessão da implementação da rede de equipamentos de recolha de têxteis no concelho da Moita, aparece aqui como necessária após terem identificado, e bem, neste caso, a Vice-presidente Sara Silva, num trabalho exaustivo que tem feito no sentido de dotar e aumentar a capacidade do município de encaminhamento dos resíduos para, neste caso, entidades de recolha licenciadas que promovam a sua valorização, contribuindo assim para a diminuição das entregas a vazadouro do lixo de forma indiferenciada, que têm enormes custos na taxa que pagam mensalmente nas suas faturas da água.

Tem-se feito este trabalho de valorização e de separação destes resíduos, neste caso, resíduos têxteis, e foi com base nesse trabalho que é feito pela Câmara, e que, desde já, agradece o trabalho da Vice-presidente Sara Silva, que identificou aqui esta oportunidade, ao verificar que as entidades que estavam a operar no concelho não estavam licenciadas, não tinham qualquer licenciamento, não tinham qualquer documento de suporte para poderem aqui promover a sua atividade, bem como não havia valorização dos produtos têxteis e, em boa hora, decidiram lançar esta concessão, que visa repor as condições de legalidade no processo e trazer mais valias a todos os munícipes do concelho da Moita.

Dito isto, ficam ao dispor para qualquer esclarecimento que considerem necessário, e, se assim for, a Vice-presidente Sara Silva poderá, de forma mais aprofundada, responder a questões que possam ter.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção, submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta votos a favor, sendo quinze do PS, 9 da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

3.8 - Apreciação da Atividade Municipal

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu ao Presidente da Câmara que fizesse a apresentação do Relatório da Atividade Municipal, e chamou a atenção para a pergunta que foi feita no período de intervenção do público, cuja resposta ficou para ser dada neste ponto.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Relativamente ao documento apresentado, o mesmo reflete dois meses de trabalho da Câmara Municipal da Moita, em que muitas intervenções foram feitas, onde aqui também pode ser constatado, e visto, o estado e o ponto de situação dos trabalhos no centro de saúde da Baixa da Banheira, neste caso, à data em que as fotografias foram tiradas, agora já está num estado muito avançado, e os senhores deputados municipais, se assim o entenderem, também podem pedir uma visita ao local para ver o andamento dos trabalhos, porque têm essa liberdade, o 25 de Abril foi feito para isso mesmo, para que todos tenham a liberdade, neste caso, no cumprimento daquele que é o seu trabalho, fazer o acompanhamento e a fiscalização do trabalho da Câmara Municipal, e acredita que ficarão agradavelmente surpreendidos pelo estado e o andamento em que, neste momento, estão as obras da Câmara Municipal.

Dizer também que, neste mês, foram instalados, na linha daquele trabalho que tem sido feito pela Vice-presidente Sara Silva, à frente do seu pelouro, eco centros móveis, neste caso, junto ao mercado da Moita e na Quinta da Fonte da Prata, em Alhos Vedros, e dizer que estão nas quatro freguesias do concelho da Moita, e que estes vêm dar resposta a alguns equipamentos, alguns produtos que, normalmente, vão para o lixo, e, mais uma vez, é tirar estes elementos do lixo indiferenciado, que mais tarde vão para o aterro e que, mais uma vez, lhes pesam, e muito, nas taxas que pagam na fatura da água à Amarsul.

É este o trabalho, é este o contributo, e é esta a visão do executivo, poderem, cada vez mais, encaminhar os produtos para os sítios corretos, sejam pequenos eletrodomésticos, sejam tinteiros, sejam pilhas ou outras embalagens que aqui aparecem assinaladas, que tem sido feito, esse trabalho de divulgação, e aqui faz o seu apelo para, se não for por uma questão financeira, em conjunto trabalharem para que, futuramente, a fatura da água, no que diz respeito à componente dos resíduos, possa vir a descer, e se não for por isso que seja por questões de ética e salvaguarda de um planeta melhor para as gerações vindouras. E era esse apelo que, neste caso, desde já, deixava.

Têm feito várias intervenções, acredita que todos tenham tido oportunidade de ler e ver este relatório, desde apoio a associações, representações em iniciativas de associações, celebração, acompanhamento e implementações de projetos inovadores no concelho, como aconteceu com a cooperativa Corte Real, com a abertura de um novo espaço para creche, que em muito veio aumentar a capacidade da oferta de creches do concelho. Esperam que mais entidades e, neste caso, cooperativas ou IPSS, possam vir a desenvolver atividades similares, ou mesmo privados, se for esse o entendimento, para dar uma maior resposta às famílias do concelho,

Também têm vindo a fazer múltiplas atividades, seja com alguns jovens da Cercimb, iniciativas que têm feito com eles, sendo receber jovens também no Salão Nobre da Câmara Municipal, para dar a conhecer aquilo que é e que corresponde à atividade camarária.

Lembrar também aqui o lançamento do livro que aconteceu no moinho de maré e, nomeadamente, uma atividade que a Junta de Freguesia de Alhos Vedros promoveu, o lançamento do Livro Prémio de Leonel Coelho, que contou com a presença do executivo e, neste caso, também com a cedência do equipamento e com o apoio do município.

Foram muitas as atividades, é difícil elencar todas, e referir aqui que, no dia 17 de dezembro, estiveram com o Grupo Coral Alentejano “O Sobreiro”, que promoveu um almoço de homenagem a José Brito, que a todos deixa uma enorme saudade, já para não falar aqui das obras, das intervenções, das intervenções nas escolas, da aquisição de máquinas e equipamentos, que têm, continuamente, vindo a adquirir, seja retroescavadoras de lagartas, seja também cilindros compactadores de solo, para dotar a sua capacidade operacional, para que os trabalhadores façam mais trabalho com menos esforço, e para que deixam de ser as rodas dos carros da Câmara, e dos carros de cada um dos presentes e dos municípios da Moita, a fazer a compactação da estrada e dos caminhos, para depois se fazer então a intervenção, como anteriormente acontecia, porque a Câmara não tinha um cilindro compactador, não tinha esse tipo de equipamentos, e também têm vindo a comprar roçadoras para o corte de ervas que grassam por aí.

Foram instaladas duas ilhas ecológicas, nos últimos dois meses do ano anterior, e para este ano, preveem também instalar mais duas ilhas ecológicas, continuando assim a cumprir o seu programa autárquico, e aquilo que defendiam quando estavam na oposição, nomeadamente, a colocação de uma ilha ecológica no topo da rua 1º de Maio, conhecida pelos mais antigos como rua 13, onde estão um conjunto enorme de caixotes de lixo, e passar ali a ter ilhas ecológicas, como sempre defenderam, mas também no mercado municipal da zona sul da Baixa da Banheira, procedendo, de igual forma, que têm vindo a proceder no mercado municipal da Moita e que, se hoje o visitarem, já poderão ver que foram colocadas as portas.

E, como aqui, muitas vezes, dizem, não prometem tudo a todos, nem nunca disseram que fariam tudo ao mesmo tempo, mas se hoje visitarem o mercado municipal da Moita podem verificar que o mesmo já tem uma pintura nova, já tem aquelas proteções para que os pombos não entrem pela cobertura, sujando, por assim dizer, a zona alimentar, permitindo assim melhores condições de higiene e salubridade do espaço, onde a atividade de mercado existe. Atualmente, já colocaram portas automáticas, porque queriam tirar aquelas chapas metálicas que existiam para cortar o vento, mas que deixavam passar o calor, o frio, e tudo mais, e que de nada serviam, e hoje em dia, efetivamente, com as portas, que era aquilo que devia ter sido colocado desde o início, os comerciantes, mas também os clientes que vão ao mercado municipal, já têm mais conforto térmico, acústico, entre outras coisas, e acredita que estão todos satisfeitos, pelo menos é isso que lhe é transmitido, mas não querem ficar por aqui.

Já está prevista a instalação de mais equipamentos, duas televisões, querem dotar o mercado municipal da Moita com Wi-Fi, e continuar a fazer trabalhos de beneficiação, que permitam ao mercado

municipal da Moita competir com outros espaços comerciais que estão no concelho, e a mesma linha querem seguir no mercado municipal da zona sul, na Baixa da Banheira, porque é um mercado que também merece a sua atenção, e é necessário fazer lá obras para o tornar, cada vez mais, atrativo.

Isto é um resumo daquilo que foi que foi feito, não havendo mais a acrescentar deixa à consideração da Assembleia algumas observações ou questões que queiram colocar.

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE (na ausência temporária do Presidente da Assembleia Municipal).

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocado relatório à discussão intervieram:

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Uma primeira questão prévia, prende-se com a questão que o seu colega e camarada João Faim colocou ainda há pouco à Mesa, e que o senhor Presidente da Assembleia, como também não têm conhecimento, pediu à Câmara para que, neste período, possa dar informações acerca do ponto em que está a programação para as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril no concelho.

Queria também dizer, sobre algumas das notas que foram feitas, na última Assembleia Municipal e na outra anterior, uma delas, em particular, até foi feita pelo 1º Secretário, Deputado António Chora, que colocou uma reparação que tem um buraco no meio da rua Alexandre Herculano, que continua lá, passado este tempo todo não teve alteração, e não é só esta, existem várias.

Mas, também outra questão, que lhe foi colocada por um munícipe, sobre uma loja no mercado do Vale da Amoreira, cujo contrato terá sido feito em dezembro de 2023, e que, em janeiro de 2024, teve um aumento de 10% na renda, e gostariam de saber se isto é mesmo assim, o que é que se passou, porque é uma loja de alguém do Vale da Amoreira, que pretendeu abrir um espaço e que, de repente, de um mês para o outro, nas suas palavras, viu um aumento mais que injustificado.

Outra questão, porque souberam que a Associação Cabo-Verdiana foi desalojada do espaço onde estava, e no relatório vêm referidas, nomeadamente, duas associações do Vale da Amoreira, em que há um trabalho de avaliação de um espaço para as suas sedes no Vale da Amoreira, portanto, a pergunta aqui é o que é que se passou com a Associação Cabo-Verdiana, qual é a solução que o município preconiza para a associação, dado que é uma entidade que tem um trabalho muito relevante naquela freguesia, naquele território que é bastante sui generis, que tem características muito específicas e que gostariam que tivesse o apoio que necessita e que merece, porque trabalha, inclusive, com a Embaixada de Cabo Verde, numa série de projetos e que precisa de ter uma sede onde possa continuar o trabalho que tem feito.

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE (na ausência temporária do Presidente da Assembleia Municipal).

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia responder individualmente às questões colocadas ou em bloco.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Pode responder já a algumas questões aqui colocadas, primeiro, não se esquecendo das questões da iluminação, dizer que os presentes, e até a pessoa que colocou a questão, sabem melhor que ninguém que a questão tem de ser colocada, neste caso, à E-redes e, se por ventura, eles lá lhe deram essa resposta, poderá muito facilmente fazer o reporte através da aplicação Moita+Próxima, que, neste caso, o que irá fazer é substituir-se ao munícipe e fazer, exatamente, a mesma coisa, reportando para a entidade competente a falta de iluminação que existe naquele espaço. No caso de locais que, eventualmente, sejam da responsabilidade do município, atualmente, coisa que não existia no passado, tem um piquete a trabalhar 24 sobre 24 horas por dia que, há noite, pode intervencionar os casos de maior necessidade ou, pelo menos, quando não for possível resolver, pelo menos garantir as questões de segurança.

Antigamente não existia, sempre que se detetavam situações em que era necessário um electricista trabalhar à noite, não estava previsto que estivesse sempre um disponível, e acharam que assim deveria ser. Também na parte operacional, no que diz respeito às oficinas, existe agora outro turno, que trabalha até mais tarde, porque, nomeadamente, as de recolha de resíduos, de lixo, trabalham à noite, e é preciso garantir a sua operacionalidade, ou alguma coisa que seja necessário corrigir, e então as

oficinas do município têm outro turno até mais tarde, para garantir também a operacionalidade dos seus equipamentos.

Relativamente à loja que aqui refere, o pedido que aqui deixa, é que encaminhe, neste caso, a pessoa que colocou essa questão, para os Balcões do Cidadão, para que possa ser atendido, para que possa fazer um requerimento escrito a colocar essa questão, para que os serviços possam ver, analisar e avaliar essa questão, para aferir daquilo que se trata e verificar se aquilo que diz corresponde à realidade, e depois, certamente, tendo obtido a resposta, a pessoa também lhe pode dar conhecimento e ficar a conhecer essa situação. Da forma como coloca a questão, não pode aferir se é verdade, se não é verdade, o que sabem é que não deram essa indicação, mas estão disponíveis para perceber do que é que aqui se trata nesta situação, mas que fique claro que, 10%, não foi indicação que tivessem dado para aumento das rendas, até porque os senhores sabem, porque aprovaram o regulamento de taxas, aprovaram o orçamento e, no orçamento, está lá previsto quais são as linhas e aquilo pelo qual se regem para fazer esse mesmo orçamento, e podem lá encontrar essa informação.

No que respeita à Associação Cabo-Verdiana, não é verdade aquilo que aqui foi dito. Não é verdade, e a responsabilidade de quem não disse a verdade, ao próprio diz respeito. O que verificaram, e que este executivo sabe, mas que a CDU já sabe há muito tempo, é que a Associação Cabo-Verdiana, fruto de razões várias, e não vale a pena estar aqui a escarpelizar o que se passa dentro da associação A, B ou C, mas, neste momento, não está capacitada para receber apoios ou transferências financeiras por parte do município. Não está.

Não obstante, porque reconhecem que, ainda assim, é feito um trabalho, por um conjunto de voluntários nessa Associação, acharam por bem que o que deveria haver, uma vez que esta associação tem um elevado número de espaços no Vale da Amoreira, alguns deles, que, aí sim, abandonou, espaços esses que estavam entregues em regime de comodato, e que a Associação abandonou por completo, deixando depredar, não cumprindo o seu dever de cuidar, e deixou que o património, património esse que não é seu, não é dos presentes, mas sim de todos aqueles que moram aqui no concelho da Moita, se estragasse, ficando até em condições de não poderem mais serem utilizados.

E, se forem fazer uma visita às instalações do multisserviços no Vale da Amoreira, facilmente, poderão ver o estado em que já se encontram as portas, as marcas de cigarro nas mesas, e o espaço que cederam não é para promoção de festas, para angariação de dinheiro para terceiros, que depois danificam os nossos equipamentos, por isso, têm um enorme respeito pela Associação Cabo-Verdiana, pela comunidade cabo-verdiana que cá está em Portugal e, em particular, a que está no concelho, com quem mantém ótimas e excelentes relações, e não só, como toda a comunidade que, há volta da comunidade cabo-verdiana se junta e com ela partilha valores, sejam culturais, sejam de princípios.

Nessa vertente, o que decidiram, desde logo, numa lógica de que querem descentralizar e dar aos seus serviços melhor qualidade para que possam desenvolver a sua atividade, coisa que têm vindo a fazer, nomeadamente, no edifício da Câmara, mudando as janelas, criando uma copa, colocando o ar condicionado, que se estragou de tão antigo que já era, contribuindo para a eficiência energética, qualidade acústica, ou seja, para que as pessoas que trabalham no piso térreo não estejam, constantemente, a ouvir o barulho que vem da rua, etc., para que possam ter condições de se poder concentrar no trabalho que estão a desenvolver, também acham que as pessoas estão a trabalhar, neste momento, no espaço da ação social do município, que estão em dois apartamentos, ocupam dois apartamentos que podem, e que querem, que sejam cedidos, futuramente, para pessoas que careçam e necessitam de casa, tendo ali um espaço, no Vale da Amoreira, que pode acolher esses trabalhadores, e em ótimas condições, fazendo alguns ajustes e algumas obras, no município, e então aquele edifício ficar dedicado à ação social.

E, a Associação Cabo-Verdiana, o que irá ter, e estão a trabalhar para que tenha, e se os senhores deputados municipais quiserem verificar com os seus próprios olhos, irá ter o seu espaço antigo, e que é a sede da Associação, que estava num estado que não vai aqui dizer, até porque tem respeito por cada um dos presentes, e porque, graficamente, não é apelativo, porque tudo se fazia lá dentro, mas mesmo tudo, e então a opção foi primeiro limpar aquele espaço, limpar aquele lixo, limpar aqueles dejetos, animais e humanos, que lá estavam naquele espaço, um pouco por todo o lado, e requalificá-lo.

Na casa de banho, fizeram uma casa de banho para pessoas de mobilidade reduzida, da mesma forma que fizeram no edifício da Câmara Municipal da Moita, uma casa de banho acessível a todos, porque o que querem para a Câmara também estão a aplicar, hoje em dia, já na Associação Cabo-Verdiana, para que seja um espaço que possa receber todos, e estão a pintar, estão a arranjar o pavimento, estão a fazer obras múltiplas para que, então, a Associação Cabo-Verdiana possa voltar àquela que é, e sempre foi, a sua sede, voltando um espaço que a mesma deixou depredar a ser um espaço bonito, agradável, aprazível, em que os seus colaboradores possam continuar a desenvolver todas as suas áreas que, anteriormente, vinham a desenvolver, neste caso, no multisserviços do Vale da Amoreira. Dizer ainda

que, para além desta sede, a Associação Cabo-Verdiana continua a ter outros espaços no Vale da Amoreira, que não o multisserviços, e acrescentar que, desde sempre, o multisserviços nunca foi da exclusiva pertença da Associação Cabo-Verdiana. A Associação Cabo-Verdiana ficou com a gestão daquele espaço, gestão, porque aquele era um espaço para servir as várias associações do concelho da Moita, nomeadamente, da freguesia do Vale da Amoreira.

Por isso, o que estão a fazer é alterar o uso que, neste caso, existia, e aí sim, através de uma gestão direta municipal, aquele espaço passa, efetivamente, a estar ao serviço de todos, e a Câmara Municipal, como pessoa de bem que é, garante a conservação daquele espaço em qualidade. Claro que, depois de darem um espaço completamente renovado a esta Associação, ficarão atentos, porque o edifício continua a ser propriedade municipal e há hábitos que não se podem repetir.

Relativamente à programação do 25 de Abril, se lhe for permitido, passa a palavra ao Vereador António Carlos Pereira.

Vereador da Câmara Municipal, António Carlos Pereira

Relativamente à programação dos 50 anos da revolução do 25 de Abril de 1974, realmente, é surpreendente virem a esta Assembleia Municipal dizer que desconhecem a programação concelhia, quando tiveram quatro reuniões, em novembro, em dezembro, em janeiro, reuniões onde têm estado a apresentar as propostas, todas aquelas que têm estado na mesa, das associações, daquilo que têm estado a receber, aquilo que são as propostas do município e de outras entidades que têm estado presentes, nos diferentes papéis, e os líderes de bancada foram convidados, portanto, nesta estrutura concelhia de missão e, como já referiu em outros momentos, estas celebrações foram pensadas por este executivo logo em 2021, quando tomaram posse, e definiram começar, logo naquele momento, a preparar toda a programação, para que este ano 2024, e nestes 50 anos, terem um programa do qual se pudessem aqui também orgulhar, relativamente àquilo que são as celebrações desta data e deste momento marcante, em termos daquilo que é a democracia e a liberdade no país.

Relativamente a estes momentos, obviamente, foi esta proposta que foi recebida e acolhida, e que podem partilhar, para além daquilo que era a própria estrutura, que tinha uma lógica de conselheiros, e os conselheiros mantiveram-se, pessoas de elevado protagonismo e referências no concelho sobre aquilo que foi o 25 de Abril, portanto, também foi aberto, e foi nesta condição, também de abrir aos líderes de bancada de todos os partidos, assim o quisessem, pudessem estar nesta programação e nestas propostas, e o que foi também informado é que estariam a receber, até uma determinada data, salvo erro, até dia 29 de janeiro, todas as propostas, as diferentes propostas, da área da educação, da área dos agentes associativos, dos clubes, das áreas recreativas, culturais, desportivas, todas as entidades que estavam a ser propostas e convidadas a apresentar a sua programação, para que pudessem aqui ter uma programação concelhia, a ser preparada para durante todo o ano de 2024, mas sobretudo nesta programação, e isto tem a ver com a própria parte da comunicação do município, porque iriam fechar com a programação de 1 de março até 31 de maio.

Portanto, neste espaço e nesta reta temporal, o que ficou combinado era que a Câmara iria recolher esses contributos, que sempre apresentaram, e até ao final deste mês, estariam em condições de fechar uma programação, para depois fazerem essa proposta para este período, sendo que, por condição daquilo que é a comunicação do município, é mais possível fazer esta divulgação em diferentes formatos, como assim se pretende, para este período de março, abril e maio, mas com a condição, porque têm estado a receber e estão nesta programação até dezembro de 2024, nestas celebrações dos 50 anos, com diferentes atividades.

Dizer também, e até aproveitando a própria oportunidade, sobre uma questão que um cidadão, um munícipe, colocou aqui relativamente às homenagens até do José Afonso, que estas são as programações e que, neste momento, têm várias iniciativas que estão previstas e que vão homenagear o poeta, o cantor José Afonso que, se não fosse só por si, têm no concelho uma escola 2/3, em Alhos Vedros. que é a José Afonso, e que tem já a programação na sua calendarização, no próprio parque municipal, que tem o nome do poeta e cantor José Afonso, têm também várias iniciativas.

Mas, pretende também dizer, e aproveitando esta oportunidade para o referir, porque são várias as iniciativas, várias as propostas, que têm agora, até nestas homenagens a José Afonso, e porque a própria liberdade também se faz a cantar, um espetáculo do músico Vitorino, no dia 9 de março, porque também o Vitorino pratica a canção e o palco com a mesma liberdade que aprendeu com aqueles com quem foi, inicialmente, partilhando, o José Afonso e o Adriano Correia de Oliveira, portanto, estas iniciativas, seja com o Vitorino, no dia 9 de março, seja no dia 20 de abril com o espetáculo “Era uma vez um país com 50 anos de Abril”, onde vai haver um repertório com um espetáculo com diferentes músicas, mas que tem aqui músicas do José Afonso, “A morte saiu à rua”, “O menino do bairro negro”, “Os vampiros”, portanto, toda esta programação está já aqui pensada, e também respondendo aqui ao munícipe que colocava que não o estão a homenagear.

São várias as iniciativas, têm o Torneio Zeca Afonso, que é uma iniciativa que a Academia 8 de Janeiro vai fazendo e vai dinamizando, no próprio dia 25 de Abril, com a sua atividade desportiva, e as próprias celebrações do dia 25 de Abril, naquela manhã, na sessão solene do 25 de Abril, onde também terão um apontamento musical com o Francisco Naia, que foi aluno de história do professor José Afonso, e é sócio fundador da Associação José Afonso, portanto, há várias iniciativas aqui que estão a ser propostas para o homenagear, e pensa que o município, também por esta via, com estas e outras iniciativas até ao final do ano 2024, irá fazer uma justa e merecida homenagem ao José Afonso.

É uma programação vasta, que estão a fechar neste ano, as propostas já foram consertadas na própria estrutura concelhia de missão, onde se colocava, relativamente a uma iniciativa no próprio dia 25 de Abril, se seria um desfile, se seria uma manifestação, se seria uma marcha, se seria uma concentração, portanto, também estão em condições, e foram desafiando a apresentarem as propostas, propostas essas que tiveram um consenso, e estão a ser alinhadas na condição desse consenso para essa iniciativa de cidadania, implicando a sociedade civil, as diferentes associações, as diferentes estruturas locais, para se poderem associar também nesse momento.

Portanto, há uma programação, a programação foi sempre apresentada, desde as escolas, aos clubes, às associações, às propostas do próprio município, que têm sido partilhadas, e é nessa condição, desta estrutura concelhia de missão, que irão, como também disseram na última reunião de Câmara, no final do mês de janeiro, que não iriam voltar a fazer, logo de imediato, outra reunião, porque iriam haver as celebrações das festividades do Carnaval, e que ficariam de marcar uma próxima reunião, e ela vai ser agendada, para então fazer a proposta, para apresentar e afinarem aquilo que é a programação deste tempo, de 1 de março até 31 de maio, e ficarão todos muito cientes destas propostas, que têm sido apresentadas, e que depois irão ser traduzidas num documento para a programação concelhia, e que se possa traduzir aquilo que são as festividades também nestas celebrações destes 50 anos do 25 de Abril, da democracia e da paz.

Deputado Pedro Mateus do Grupo Municipal do PS

Queria felicitar o executivo pelo começo das obras na Quinta da Fonte da Prata, e não só o começo, mas a opção tomada por este executivo de substituir a rede de abastecimento de águas na totalidade, o que vai trazer, claramente, mais qualidade de vida àquelas pessoas que moram naquela urbanização.

E tinha uma questão, porque sendo notório, por parte dos munícipes, que existe uma clara falta de recolha regular dos ecopontos por parte da Amarsul, se o senhor Presidente consegue esclarecer o que é que se possa estar a passar, não só a Assembleia. mas também os munícipes que estejam a acompanhar.

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE (na ausência temporária do Presidente da Assembleia Municipal).

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia responder à questão colocada.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Respondendo ao Deputado Pedro Mateus, dizer que sim, é verdade, já estão a iniciar as obras de substituição integral da rede de abastecimento de águas, para acabar com o mal que há muito que grassava naquela localidade do concelho, que era a incerteza das pessoas, quando chegavam do trabalho, ou durante o dia, ou mesmo de manhã, quando acordavam, sem saberem se teriam água para fazer aquelas que são as suas necessidades básicas e diárias, e a água é um bem fundamental que deve estar disponível a todos, já para não falar da pressão que colocavam em cima das equipas da Câmara, por terem que ir a qualquer hora, do dia ou da noite, deslocarem-se para ir reparar aquelas ruturas, muitas vezes, de grande monta, que exigiam muitos recursos e que exigiam aos trabalhadores horas infindáveis para fazerem o melhor, para que as pessoas tivessem a água no mais curto espaço de tempo possível, por isso, quer aqui deixar o seu reconhecimento aos trabalhadores da Câmara, pelo esforço que fizeram, e que sempre têm feito nessas situações.

Mas, porque é necessário respeitar esses mesmos trabalhadores e a população, e se, na oposição, denunciavam e apontavam o dedo, acharam por bem, agora, uma vez no poder, resolver essas situações, tendo em conta aquelas que forem as disponibilidades orçamentais da Câmara Municipal da Moita, mas querem ir muito mais além disso, e irão estender a rede de abastecimento, seja no Penteado ou na Barra Cheia, aproveitando a disponibilidade de equipamento novo que compraram, como a retroescavadora de lagartas, para fazer esses trabalhos, e a seguir a essas intervenções querem também, e já está o material encomendado para poder fazer esses trabalhos, que irão fazer utilizando recursos próprios da Câmara Municipal, valorizando, uma vez mais, os trabalhadores da Câmara Municipal, que têm qualidade e têm capacidade para fazer estes trabalhos, mas, como também

precisam deles para dar resposta a outras situações, não podem pôr toda a Câmara a desenvolver estas operações, e porque é necessário fazer mais, têm que contratar empresas externas.

Mas, quer deixar aqui claro, que serão os trabalhadores da Câmara Municipal a fazer intervenção de substituição da rede integral de abastecimento de água da Vinha das Pedras, e aproveita para informar, e estando aqui na presença do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros dar aqui esta informação, que assim que chegar o material que já foi encomendado, e reunidas as condições, começarão também a intervenção na Vinha das Pedras, para também acabarem, de uma vez por todas, com as ruturas que ali acontecem, da mesma forma que fizeram na intervenção que levaram a cabo em Sarilhos Pequenos.

E, quanto a uma pergunta que muitos municípios lhes fazem, e acha que fazem a todos, estando resolvido os problemas da rede de abastecimento, da rede principal, será possível, efetivamente, que a rede tenha a pressão adequada para que os esquentadores possam operar com toda a normalidade, e todos os equipamentos e eletrodomésticos, possam operar, o que agora, acredita, nem sempre acontece, está num intervalo legalmente admissível, mas um pouco conservador porque, se aumentarem muita a pressão, existe sempre o risco daquelas tubagens, que já estão velhas, poderem vir a rebentar.

Quanto à falta de recolha regular dos ecopontos, ia passar a palavra à Vice-Presidente Sara Silva, para que responder a essa questão.

Vice-Presidente da Câmara Municipal, Sara Silva

De facto, há constrangimentos, há determinados períodos em que se têm registado muitos constrangimentos na falta de recolha regular dos ecopontos por parte da Amarsul, e isso depois reflete-se naquilo que veem, contentores extremamente cheios, e as pessoas têm se queixado. Têm tido uma postura em que exigem, e têm exigido sempre, da Amarsul, uma resposta concreta a esses constrangimentos e, por norma, semanalmente, dão nota a reforçar esses pedidos, e a semana passada fizeram chegar uma carta extensa à Amarsul, a dar nota de um levantamento que fizeram para substituição de ecopontos porque, na realidade, verificaram que, em determinadas zonas das freguesias do concelho, há a necessidade de por uns ecopontos maiores, até porque estes têm pouca capacidade, nomeadamente, junto a lojas que trabalham muito com cartão e junto a estabelecimentos de restauração e bebidas.

Portanto, estão à espera, e assim esperam que aconteça, que a Amarsul dê uma resposta atempada e que, de facto, resolva esta situação, que é constrangedora, que não gostam e que os municípios têm o direito de reclamar, e bem, porque também estão do lado da limpeza e do lado destes municípios, e da parte da Câmara Municipal, vão sempre exigir que a Amarsul, de facto, assuma as responsabilidades e resolva isto de uma vez por todas, com a substituição daqueles contentores por uns de maior capacidade, e estão em permanente articulação e a exigir também aquilo que acham que devem exigir enquanto pagadores à Amarsul, e a fatura é bem cara.

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE (na ausência temporária do Presidente da Assembleia Municipal).

Informou que durante a próxima intervenção iriam fechar as inscrições, porque de acordo com o Regimento já esgotaram o tempo limite e só têm 30 minutos para terminar.

Deputada Carmen Mafra do Grupo Municipal do BE

Ouviu com toda a atenção que lhe foi possível a explicação do senhor Presidente da Câmara em relação à Associação Cabo-Verdiana, no entanto, há uma questão que já foi colocada e que não viu, de forma alguma, ter sido respondida, que é o facto de, nessas instalações, existir um equipamento profissional de cozinha que, segundo sabe, é propriedade da própria Associação Cabo-Verdiana, equipamento esse que, de acordo com a informação que lhe foi prestada, a Associação não terá como o deslocar para a nova localização que foi proposta, tendo, inclusivamente, as bancadas todas em inox e os fogões industriais, portanto, gostaria de saber o que é a Câmara Municipal oferece como solução para aquele equipamento, porque acha que não estão em condições de desperdiçar equipamentos como aquele no concelho.

Por outro lado, houve algo que a afligiu bastante, naquela noite em que, durante o temporal, caiu uma árvore de grande porte no pinhal das Fontainhas, e tentou entrar em contato com a proteção civil, mas acontece que, nesse dia, não foi possível, porque ninguém lhe atendeu a chamada. Posteriormente, e como vive na zona, verificou que existe um eucalipto com um porte enorme, que não tem uma única folha, que está completamente seco, e da mesma forma que houve aquele temporal, poderá existir

outro, e este eucalipto está sobre a passerelle que as pessoas utilizam para se deslocarem dentro do pinhal, e não sabe qual é o estado fitossanitário daquelas árvores, não sabe se alguma vez foi feito esse tipo de observação, mas se uma árvore daquelas cai sobre a passerelle quando, por acaso, vai alguém a passar, a situação vai ser muito complexa.

Portanto, gostaria de ter alguma resposta em relação à Associação Cabo-Verdiana, e em relação ao pinhal agradece que o senhor Presidente dê andamento à situação.

Deputado Humberto Rosa do Grupo Municipal do PS

Tomaram conhecimento que na Barra Cheia, estão dezenas de cães, e já há queixas pelo ruído que fazem, e o que gostava de perguntar é se a Câmara Municipal já tem conhecimento e o que é que pretende fazer.

Tem aqui mais umas questões que vai colocar, e dizer que ficou muito satisfeito quando viu que aquela zona junto ao moinho da Moita foi reclassificada e está a ser utilizada como parque de estacionamento, porque, efetivamente, estava ao abandono e agora o trabalho que foi feito foi meritório.

Por outro lado, acha que a colocação daqueles pilaretes em madeira, se é que se pode chamar assim, que estão a proteger a ciclovía quando se sai da Fragata para o Gaio, foi muito bem feita, bem pensado e oferece segurança a quem ali circula a pé ou de bicicleta, ainda que se preocupe mais com pessoas a pé e com crianças, e se houver algum despiste, acredita, o risco das pessoas serem feridas é muito menor. Também, por outro lado, ficou satisfeito quando viu que foram montados equipamentos de manutenção física na nova Moita, e também, como o senhor Presidente referiu, as portas automáticas do mercado que também vieram dar alguma qualidade no trabalho dos vendedores que ali estão, porque já tinha, inclusivamente, ouvido queixas, porque aquilo fazia muita corrente de ar no sentido Norte-Sul e agora isso já não acontece.

Relativamente ao protocolo Bata Branca, não sabe se isso já foi iniciado, ou seja, se já começou a funcionar.

Também tem verificado que continuam a existir equipas para fazer cortes de árvores, efetivamente, e também verificou recentemente que tem uma plataforma elevatória, que vai diminuir a probabilidade de existir um risco dos operadores estão a fazer o corte de árvores.

Por outro lado, as ilhas ecológicas junto ao mercado e perto da rua Dom Pedro II, que acha que levaram a que houvesse mais cuidado das pessoas quanto ao depósito do lixo no chão.

Deputado João Soeiro do Grupo Municipal do PS

Vai ser muito breve, mas não podia deixar de manifestar aqui o seu regozijo, principalmente, em duas questões que destaca daquilo que muito têm visto, felizmente, em todo o concelho, melhoramentos, coisas novas, diferentes, aquilo que é preciso fazer, mas queria destacar a importância da aquisição de máquinas e viaturas de serviço que, para além de uma melhor prestação, vêm também acrescentar mais segurança aos trabalhadores.

E, sendo um amante do desporto e do futebol, quer dar os parabéns à Câmara Municipal e ao União Banheirense, porque hoje, os seus sócios e adeptos, graças à Câmara Municipal, graças a este executivo, passaram a dispor de melhores condições de comodidade no campo do União Banheirense, através daquela bancada para 200 lugares sentados, porque é importante para quem vai ver o futebol ter condições, e este é um concelho de desporto e deve ser encarado dessa forma. O desporto é importante e a Câmara tem o dever, pensa, de fazer aquilo que está ao seu alcance, e estava ao seu alcance proporcionar a bancada ao União Banheirense, e ainda bem que o fez, daí os parabéns ao clube e ao executivo da Câmara Municipal.

Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira

Pedi o uso da palavra para informar também a Assembleia que o processo que foi aqui por maioria, da cedência das instalações ao lado da sede da Junta de Freguesia, foi também aprovado em reunião da Assembleia de Freguesia, no início desta semana, salvo erro, e uma vez que o processo, em termos de aprovação legal, está concluído, dizer ao senhor Presidente da Câmara Municipal que estão ao dispor para celebrar a escritura assim que entender, e também para acionar, como já tem sido feito, em termos de todos os meios e o apoio que lhes possam dar, tanto na vertente da constituição da equipa técnica de avaliação do projeto para implementação, para júris, como também a equipa para o desenvolvimento do processo de contratação pública, para lhes darem uma ajuda final neste processo.

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Na última Assembleia Municipal, como já aqui, foi dito, levantou algumas questões sobre buracos das estradas na Baixa da Banheira. Não vai falar naqueles buracos que, normalmente, acontecem agora, principalmente, em períodos de chuva, nem naquele buraco com nome de rua, que é a União Banheirense, principalmente à entrada com a rua Fernando Pessoa, mas queria levantar aqui mais duas questões.

Primeiro, queria agradecer ao senhor Presidente porque a maior parte dos buracos nas estradas que indicou aqui, e que até fotografou e lhe enviou, foram tapados, mas também quer dizer que os passeios, daquilo que mandou nem um único foi reparado, portanto, está tudo, exatamente, na mesma. Na rua Alexandre Herculano também existe um buraco na estrada há muito tempo, junto ao nº 30, que foi feito para ligar água para aquele edifício e, até hoje, esse buraco está lá por tapar, e que fica a meio caminho de um abatimento da estrada, o que faz com que se tenha que fazer uma certa “ginástica” quando se passa ali.

Portanto, queria agradecer os buracos que foram tapados, este que está por tapar também não o referiu na altura, mas ele já lá estava, e referir, em relação aos passeios, que nenhum deles foi resolvido.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia responder às questões, entretanto, colocadas.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Pode responder já, só para facilitar, e para apelar ao seu poder de síntese e de memória, porque depois começa a ter dificuldades em memorizar todas as questões, pese embora tenha aqui elencado algumas delas para ter certeza que não se esquecia de nenhuma delas.

Em relação às bancadas, sim, é um trabalho que fazem em contínuo, detetando uma oportunidade, havendo disponibilidade orçamental, aquilo que, muitas vezes, diz às pessoas, que o conjunto deste executivo diz às pessoas, é que lhes façam chegar as reais necessidades e, em função das disponibilidades orçamentais, o município, se tiver resposta, avança, e foi isso que aconteceu. No final do ano, fruto da disponibilidade orçamental, tinham capacidade para o fazer, e, no início, até lhes tinha sido indicado que o valor das bancadas era inferior, mas depois de se ter comprometido com o clube que, efetivamente, davam as bancadas, e estando o preço enquadrado, sendo admissível e tendo a Câmara Municipal a capacidade, cumpriram com aquela que foi a palavra que o executivo deu, e fizeram intervenção.

Acredita que irá, neste caso, promover a qualidade da prática desportiva para aquelas famílias, e para todos os adeptos de futebol que gostam de ir ver, seja os seus jovens a treinar, seja os jogos, e terão, acredita, proximamente, um dérbi pela frente, e se a sua agenda de iniciativas assim o permitir, e nada surgir na sua vida pessoal que o possa impedir, espera estar presente e poder assistir a este derby concelhio, que acha que muito irá enaltecer a prática desportiva no concelho, desejando, desde já, aos dois clubes, todo o sucesso, que seja uma boa prova e que no final ganhe aquele que, naquele momento, seja o melhor, porque gosta de todos os clubes do seu concelho.

No que diz respeito às questões colocadas pelo Presidente de Junta, Fabrício Pereira, relativamente às instalações da Junta de Freguesia, começar por lembrar, uma e outra vez, depois de ter perceção daquilo que foi falado na Assembleia de Freguesia, que o que cederam foi as garagens, não foi o edifício principal, por isso há oportunidade, se quiserem, de fazer naquele espaço, assim haja disponibilidade económica e financeira, ali o arquivo, que poderá ser ou não, mas, neste momento, têm outras carências, seja no abastecimento de água, seja na rede de esgotos, que é preciso este executivo dar resposta.

Gostaria, certamente, de fazer outro tipo de obras que, se calhar, como se costuma dizer, dão muito mais nas vistas, todos gostam muito mais de ver, agrada muito mais a todos, mas calhou-lhes aqui, infelizmente, o destino de receberem o município num estado em que continua a ser necessário a fazer a ampliação da rede de abastecimento de água, renovar as redes de abastecimento de água, renovar as redes de abastecimento de esgotos, compra de equipamento, e respondendo aqui ao Deputado Humberto Rosa, estão a fazer mais podas, seja recorrendo aos trabalhadores da Câmara, ou a entidades, porque já está em curso a aquisição de serviços que fizeram também para a execução de podas.

Mas, muitos trabalhos que estão a ser feitos, estão a ser feitos pelos trabalhadores da Câmara, nomeadamente, na Baixa da Banheira, no Vale da Amoreira, aqui na Moita, em zonas em que, ou nunca tinha sido realizada uma poda, ou então há muitos anos que as mesmas não ocorriam, tendo as árvores

uma enorme envergadura, e fazer aquilo que a Deputada Carmen Mafra abordou, que é o efeito de vela, e quando as árvores pudessem não estar nas melhores condições, constituírem um risco para a via pública e para a segurança de todos. Por isso, estão a fazer esse trabalho, seja na rua dos Açores, seja na rua das Margaridas, um pouco por todo o concelho, a intervencionar também dentro das escolas, e estão atentos às mensagens e à informação que lhes chega.

Também quando começaram a melhorar os caminhos rurais e algumas estradas, todos lhes diziam “e esta estrada, e esta estrada e falta também requalificar esta estrada”, e agora que estão a fazer estes trabalhos, e que é visto que estão a intervir em locais em que nunca foram intervencionados, e isso tem uma certa reação junto da população, acontece, exatamente, da mesma maneira, e as pessoas dizem “então olhe também não se esqueça de nós, já que estão a fazer aí façam aqui também”, e, dentro daquilo que for possível, e dentro daquilo que for a capacidade dos seus trabalhadores, que é a eles a quem têm pedido este esforço suplementar, e quem devem, mais uma vez, saudar, deixar claro que continuarão esse caminho, e, essa máquina é da Câmara Municipal. Antigamente, tinham que a alugar, e uma vez que o preço do aluguer, ao longo de um ano, dava para comprar, decidiram comprar, e assim, desta forma, fazer uma boa gestão.

Depois, porque se falou da zona junto ao moinho, aproveita para referir que pretendem requalificá-lo em breve, pintá-lo por fora, requalificar o telhado do moinho, para depois o ceder a uma entidade que o promova e o valorize.

Quanto às questões que a senhora Deputada Municipal Carmen Mafra colocou, ainda relativamente à Associação Cabo-Verdiana, deixar claro que a situação da Associação Cabo-Verdiana é muito, muito complexa, e não quer aqui aprofundar-se os motivos, nem quer aqui aflorar os motivos pelo estado em que ela está, mas reafirmar só que nem dinheiro pode receber do município, e isso devia-os fazer pensar, ou questionar o porquê, e cada um dos presentes, em liberdade, procurarem saber o porquê dela não poder receber dinheiro do município.

Por isso, o que existe naquele espaço que lhes foi emprestado e cedido, que sempre teve ali aquele espaço definido, será utilizado pelo município ao serviço de toda a comunidade, que são esses os princípios que regem a comunidade, Se será a título direto ou por intermédio de outros, o que querem é continuar a poder aproveitar os equipamentos que estão disponíveis. E, lembrar que, podem vir a passar para ali, para aquele local e para aquelas áreas, um conjunto de serviços da Câmara, portanto, os trabalhadores da Câmara, e não só, irão precisar também de apoio. E, lembrar ainda, que existem um conjunto de instituições, e que essas sim têm uma cozinha própria, que produzem um conjunto alargado de alimentos para fazer apoio domiciliário, e que estão ali nas proximidades, e que, se assim o assinalarem, também estarão disponíveis para pôr, neste caso, aquele equipamento ao serviço da comunidade.

Mas, será tudo uma questão de ponderação e de análise, porque o que não podem é deixar voltar ao estado em que deixaram, ou que se deixou, porque não foi este executivo que deixou, deixaram aquele espaço chegar ao estado em que o encontraram, e que agora têm que fazer obras na sede da Associação Cabo-Verdiana e o edifício multisserviços não está em condições de receber os trabalhadores da Câmara Municipal, ainda que fosse só colocar o mobiliário e os postos de trabalho estivessem resolvidos, porque o próprio edifício está degradado. E lembrar que, as entidades a quem a Câmara cede os edifícios, têm a obrigação de os preservar e cuidar como se fossem seus porque, na realidade, são de todos.

Sobre os buracos nos passeios é uma questão de verem e analisarem, mas dizer, desde já, que há um contrato que têm e que se atrasou um pouco mais, porque um dos concorrentes litigou, e ao ter litigado tiveram que pôr o gabinete jurídico a trabalhar no sentido de dar uma resposta, para que o concurso do calcetamento pudesse avançar, mas quer, desde já, aqui assinalar, uma vez mais, e saudar o trabalho que é feito, pelos trabalhadores da Câmara, que são poucos, para as tamanhas necessidades que têm, porque cada vez que há uma rutura são os calceteiros da Câmara que têm que ir arranjar, seja nos sítios onde há ruturas ou onde há intervenções, que são poucos para as necessidades que há. E também são poucos aqueles que existem no mercado, ou disponíveis para vir trabalhar para a Câmara Municipal porque, ao longo da vida, os jovens, menos jovens, as pessoas foram escolhendo outras opções profissionais, o que faz com que, neste momento, exista muita falta deste tipo de profissionais.

Por outro lado, é importante agradecer também aqui o contributo e a interação que existe entre a Câmara Municipal e autarquias, a quem compete fazer a reparação de alguns buracos na via pública, nomeadamente, nos passeios, e que as juntas, mediante o que está protocolado e mediante aquilo que são as suas capacidades, têm vindo a dar resposta. Ainda há pouco tempo assinalou como muito positiva a intervenção, nomeadamente, que a União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira fez na calçada na avenida José Almada Negreiros, onde estava um conjunto de pedras levantadas e, rapidamente, depois de conversar com a Presidente da União de Freguesias, foi muito rápida a intervenção a acontecer naquele local, e que também tem feito um trabalho positivo nessa

área. Está a falar na União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, mas poderia falar em qualquer uma das outras juntas, seja a da Moita, seja a da União de Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, seja a de Alhos Vedros, assinalou este caso, em particular, apenas por ser o mais recente que se lembrou, mas poderia citar aqui outros locais.

Dizer aqui, que o compromisso que assume perante o 1º Secretário, Deputado António Chora, é que, da mesma maneira que a Câmara Municipal tentou responder, positivamente, às situações que foram assinaladas, uma vez que lhes faça chegar o conjunto de situações ao quais se refere, e com a sua localização, terão, exatamente, o mesmo empenho, havendo disponibilidade dos serviços para dar resposta, será dada resposta o quanto antes.

Relativamente ainda àquilo que foi dito pela senhora Deputada Carmen Mafra, relativamente ao ter ligado para a proteção civil, vão tentar perceber para qual número ligou, o serviço, como lhe disse, seja da proteção civil, seja o piquete de águas e esgotos, seja também o piquete na área da eletricidade, e outros, trabalham 24 sobre 24 horas, pelo que agradece que lhe indique o dia, a hora, e para que número ligou, para tentarem aferir o que é que se terá passado, porque sem essa informação não conseguirão validar essa situação. E, não obstante poder vir colocar essas situações numa Assembleia Municipal, quanto mais depressa elas lhes forem assinaladas, e mais próximos do momento em que elas aconteceram, é mais fácil verificar o que é que se passou.

Quanto ao eucalipto seco, seja um eucalipto seco, seja outra árvore seca que possa representar perigo, e não sabe se identificou essa situação hoje, mas se identificou há mais tempo, pede que, no momento em que identifica a situação, lhe reporte a mesma, porque se há perigo de alguma coisa acontecer, os serviços da Câmara gostariam de poder atuar atempadamente e, neste caso, se acontecesse alguma coisa, não teriam atuado por desconhecimento. Por isso, situações que considerem de emergência, não obstante poderem vir colocar aqui em assembleias municipais, e fazerem o trabalho político, e as intervenções políticas que acharem necessárias, e que verás, e todos verás, com toda a naturalidade e normalidade, o que pede é, em situações de emergência, ou que possam representar um perigo para a vida, para a segurança ou para a integridade física dos municípios, que seja feita chegar, de alguma forma, aos serviços da Câmara, tão rápido quanto possível, para que possam intervir.

Este é o pedido colaboração que aqui deixa a todos, porque o que não pode acontecer é não atuarem por desconhecimento e, um dia destes, haver alguma situação, o que não desejam, e, afinal, alguém saber e não o ter dito no tempo devido.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

É só para lembrar que fizeram uma pergunta relativamente às comemorações do aniversário dos 50 anos do 25 de Abril, e foi aqui dito, até na intervenção da Câmara, que há um primeiro período de comemorações que começa já na próxima semana, ou seja, começa já em março, e dia 1 de março é sexta-feira. A comissão, o grupo de trabalho, a estrutura de missão, a semântica ou o nome que quiserem chamar, e que, volta a dizer, fez um trabalho muito rico e fez múltiplas propostas, como houve outras entidades que fizeram proposta, mas agora, da intervenção da Câmara, confunde-se propostas com programação, e não perguntaram quais são as propostas.

Podem aqui falar muitas, mas acha que deve ser a Câmara a anunciar aquelas que vai concretizar. Não lhe cabe a si estar a dizer, e até ficava mal, porque algumas propostas concordaram com elas e não partiram da CDU, mas fizeram bastantes propostas também.

Aquilo que foi perguntado, objetivamente, e em concreto, é qual é a programação, porque foi dito, na última reunião, que sairia duas semanas antes do início das comemorações. Ora, duas semanas antes do dia 1 de março, que é já sexta-feira, porque é de hoje a oito dias que começa o mês, teria sido na sexta-feira passada, portanto, já estão uma semana depois, não saiu nada e ainda se fala em haver uma reunião, daí a sua pergunta. Aliás, o próprio senhor Presidente da Assembleia, há bocado quando foi perguntado disse que também não conhece nada.

Acham que uma data tão significativa como 25 de Abril, o 25 de Abril, quanto à CDU, comemora-se sempre e comemora-se todos os anos, mas os 50 anos têm o peso que sabem que tem, é um número importante, já devia ter uma programação e deviam estar esclarecidos, exatamente, perante as propostas que foram feitas, o que é que vai ser concretizado e o que é que não vai ser. E, é a essa pergunta que foi feita, e que reitera, que não tiveram resposta nenhuma, o que ouviram falar foi em propostas e não programação, mas gostariam de saber. Ficam a aguardar o programa. Alguém há de saber, pelos vistos, será um “segredo dos deuses”, será numa reunião que não sabem quando é que é, porque não há convocatória sequer para essa reunião que foi falada.

Não quer fazer disto aqui uma polémica, antes pelo contrário, acha que o 25 de Abril deve de os unir, deve uni-los, porque quem de facto enaltece, e quem de facto defende a democracia, não devem fazer uma discussão de forma mesquinha, de maneira nenhuma têm esse objetivo, mas, de forma séria,

querem ser elucidados e saber, exatamente, o que é que vai ser concretizado. E, não lhes “passem um atestado de palermice”, porque as perguntas são objetivas e devem ter respostas objetivas, e não divagações que não esclarecem nada.

Era essa a pergunta que queria deixar, e se quiserem responder, teria todo o gosto em ouvir uma resposta objetiva, não precisa de um discurso de uma hora, até porque a hora já é tão adiantada. Querem saber o que é que vai ser feito, digam lá, a começar já dia 1 de março, até dia 31, que é o período que está em questão.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Perante o ambiente que se criou à volta desta estrutura de missão, quer agradecer e enaltecer a atitude da Câmara Municipal ao criar essa estrutura, que é um exercício nunca tentado antes. Percebe a impaciência, o próprio, porque fez parte dessa estrutura, está impaciente também conhecer, no entanto, tem a consciência que o volume de trabalho que a Câmara terá, neste momento, relativamente às comemorações, percebe um pouco o atraso.

Percebo a impaciência da bancada da CDU, dos deputados João Faim e João Figueiredo, e de todos os outros, porque estão, certamente, na dúvida de algumas decisões que foram tomadas por essa estrutura de missão, estão, com certeza, na dúvida se essas decisões vão ser concretizadas ou não, mas está convencidíssimo que vão. O PS já mostrou a disponibilidade, a abertura, aquilo que não era habitual, e por não ser habitual, também percebe a dúvida porque nunca foi tentado. Agora foi, portanto, existem dúvidas, é normal e é natural.

Está convencido que a Câmara, que mostrou e que deu um sinal excelente ao criar essa estrutura, esse grupo, vai, com certeza, aliás, não vai, já registou as propostas, fez delas boa nota e, a tempo, que será, com certeza, curto, vai informar a programação e terão lá, com certeza, todas as propostas, ou quase todas as propostas que essa estrutura de missão fez. Aliás, outra coisa não seria de esperar, se não, não fazia sentido criar essa estrutura, no entanto, deve dizer que está curioso, mas também está muito esperançoso que venham boas notícias, porque sabe quais são as boas notícias que os deputados João Faim e João Figueiredo aguardam, e, com certeza, não vão ficar defraudados. Não faria sentido nenhum. Tenham calma. É uma questão de calma, é uma questão de paciência, a seu tempo veem aí as notícias sobre a programação.

Pedi ainda ao Presidente da Assembleia para dizer, em resposta ao Deputado João Faim, que teria acabado de dizer “para o ano vai haver 25 de Abril outra vez”, que sim, para o ano vai haver, exatamente, 25 de Abril, e já houve 48, ou 49, ou 50 anos antes, todos os dias, e foi a primeira vez que foi criada a estrutura de missão. 25 de Abril sempre, e para o ano, com certeza, vão ter, outra vez, a estrutura de missão, porque essa inovação, essa nova forma de comunicar, essa nova forma de encarar o 25 de Abril surgiu este ano.

Deputado Municipal Independente Bruno Mendes

Colocou uma questão há bocado, que foi adiada para agora, para o fim, e gostava de ter uma resposta, acerca daquela situação do passeio na, vulgo, estrada da vacaria.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi ao Presidente da Câmara Municipal para “em três segundos” prestar os esclarecimentos às questões colocadas com a máxima brevidade.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Não vai fazer a maldades a quem os assiste de responder em “três segundos”, embora acredite que fosse possível conseguir responder nessa velocidade, não se era iria perceber o que ia dizer, mas compreendeu o desafio e vai tentar apelar ao seu poder de síntese.

Respondendo às comemorações do 25 de Abril, há uma coisa que garante, o 25 de Abril contará com todos, irá dar oportunidade a todos e todos estarão representados no 25 de Abril, de forma democrática, da mesma forma que têm estado noutros anos, desde que este executivo está à frente da Câmara Municipal. Quiseram criar aqui e dar um sinal de abertura e de integração, e dar espaço a que todos possam participar.

No que diz respeito à questão deixada pelo Deputado António Costa, que era, mais ou menos, neste sentido, acha que esta sua intervenção já respondeu às duas, uma era interrogar, outra era manifestar confiança, e saberão responder positivamente à confiança que lhes é depositada.

Relativamente ao Deputado Municipal Bruno Mendes, dizer que também é algo que que verificaram e que está a assinalado, mas têm ali uma situação que carece de clarificação. Se forem observar o estudo de impacto ambiental da terceira travessia do Tejo, podem ver o que é que está previsto para aquela zona, em particular, que são duas intersecções circulares com estradas, com reperfilamentos de via, uma passagem desnivelada, que irá afetar e mudar toda aquela zona, por isso, fizeram uma opção de melhoramento, colocar os postes de eletricidade, remarcação da sinalética horizontal, ou seja, pintar as marcas rodoviárias.

No que diz respeito às demais questões, vão esperar mais um pouco, até porque, enquanto não houver a clarificação relativamente à terceira travessia, se avança ou se não avança, não vão estar ali a investir naquele local, quando existem outros locais que necessitam de intervenções como por exemplo, o caminho para a escola ETPM na Moita, que precisa ser requalificado, e todos os dias passam ali centenas e centenas de jovens a caminho da escola, da mesma maneira que fizeram no caminho para a escola José Afonso, também ali aquele local precisa ser intervencionado.

Aproveita aqui também, para clarificar, visto que muitas das pessoas têm perguntado se o espaço do caminho para José Afonso ficaria assim ou não, que estão a ver o enquadramento para continuar a melhorar o caminho que vai para a José Afonso, e assim que haja definição do que é que se pode ou não se pode fazer ali naquele espaço, depois de definida e ultrapassada essa indefinição, avançarão com o melhoramento, o que não vão fazer é investimento em seara alheia, por isso, estando todos de acordo que podem ali intervir, fazem. Dentro daquilo que são as possibilidades da Câmara, se impactar negativamente o município, investem, mas sempre com um grande grau de responsabilidade.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Em seguida deu indicação à 2ª Secretária para iniciar a leitura da ata em minuta.

Após a leitura perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata em minuta a votação.

A ata em minuta da presente reunião foi aprovada por unanimidade, para produção imediata de efeitos, com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, nove da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião, era uma hora e quinze minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e quatro.

O Presidente

O 1º Secretário

A 2ª Secretária

António Duro

António Chora

Cláudia Fera

As intervenções constantes nesta ata encontram-se devidamente gravadas, em ficheiro mp3, que faz parte integrante da mesma.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MOITA
XIII MANDATO 2021 - 2025
LISTA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRADA DE 19.12.2023 A 23.02.2024
EM CONFORMIDADE COM O Nº5 DO ARTIGO 42º DO REGIMENTO

Nº	DATA	REMETENTE	ASSUNTO
150	20-12-2023	Rodrigo Fernando Mendonça Pedro	Solicita a suspensão do mandato a partir de 20.12.2023 pelo período de 365 dias
151	20-12-2023	Ana Isabel Pinto Pereira	Informa que faltou às duas Reuniões da Sessão Ordinária de dezembro, realizadas nos dias 18 e 19, por motivos de ordem laboral e familiar, respetivamente
152	21-12-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião extraordinária realizada no dia 15.12.2023
153	21-12-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Concurso Público sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para “concessão da implementação da rede de equipamentos de recolha de têxteis no concelho da Moita
154	22-12-2024	CPCJ - Comissão de Proteção a Crianças e Jovens da Moita	Solicita informação quanto à eventual renovação do 2º mandato da representante da AMM, Carmen Mafra, que terminará em 30/03/2023
155	29-12-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 27.12.2023
001	05-01-2024	ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	Solicita que lhes seja metido pelos serviços de contabilidade, requisição e/ou o número de compromisso, no caso de necessidade, para a emissão da fatura relativa à Quota de 2024
002	13-01-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Regulamento de Atribuição de Apoios Económicos/Subsídios Eventuais em situações de comprovada carência económica e situações de emergência social do Município da Moita
003	16-01-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 10.01.2024
004	27-01-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 24.01.2024
005	29-01-2024	Sabine Vivianne Büchel	Solicita a renúncia do mandato
006	07-02-2024	Caravela D'Ideias - Associação das Mulheres de Alhos Vedros	Remete Relatório de Atividades e Contas 2023 e Plano de Atividades 2024
007	16-02-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete Relatório da Atividade Municipal referente aos meses de novembro e dezembro de 2023
008	16-02-2024	Tânia Sofia dos Anjos Ribeiro	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 23 de fevereiro

009	19-02-2024	Cândida de Lurdes Gomes Vinagre	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 23 de fevereiro
010	19-02-2024	Daniel dos Ramos Justo	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 23 de fevereiro
011	20-02-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 14.02.2024
012	20-02-2024	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Protocolo de geminação com o Município de Freixo de Espada à Cinta; 1ª Revisão ao orçamento Plurianual e Grandes Opções do Plano; Concurso Público sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para “concessão da implementação da rede de equipamentos de recolha de têxteis no concelho da Moita
013	20-02-2024	Carmen Sofia Pereira Lima	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 23 de fevereiro
014	21-02-2024	Miguel Francisco Amoêdo Canudo	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 23 de fevereiro
015	21-02-2024	Eduardo Jorge Meruje Teixeira	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 23 de fevereiro
016	21-02-2024	Carlos Alberto Pereira Dias	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 23 de fevereiro
017	23-02-2024	João Pedro Oliveira Vargas da Palma	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 23 de fevereiro
018	23-02-2024	Nádia Cristina Santos Marques	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 23 de fevereiro